



Anais da Assembléia

Nº 066

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 54.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1991
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Valdir Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Luiz Antonio Setti e Plauto Miró Guimarães (05). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagens:

MENSAGEM Nº 019/91

Curitiba, 25 de abril de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar a elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 80.129.000,00 (oitenta milhões, cento e vinte e nove mil cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9494, de 21 de dezembro de 1990, visando atender despesas com construção, ampliação, reconstrução, melhorias, reparos e adaptações em escolas de 1º grau.

Esclarece também que os recursos para a cobertura da referida programação, são decorrentes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Entidade, no exercício de 1990.

Certo de poder contar com a atenção desta egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Aprova crédito suplementar alterando o vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná, em decorrência do superávit financeiro.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de CR\$ 80.129.000,00 (oitenta milhões, cento e vinte e nove mil cruzeiros), ao orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9494, de 21 de dezembro de 1990, visando dar continuação às ações voltadas ao atendimento do ensino de 1º grau, no Estado, conforme Anexo I, desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Entidade, no exercício de 1990.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

fl.01

ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI

CR\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	LDR	VALOR	Nº PROCES. COF
3400	Secretaria de Estado da Educação	-Entidades Vinculadas.				
3479	Fundação Educacional do Estado do Paraná- FUNDEPAR					
2146	Infraestrutura e Apoio Logístico ao Ensino de 1º Grau.	4130.00	40	L	80.129.000	0069
TOTAL					80.129.000	

MENSAGEM Nº 20/91

. Receitas de Capital... 40.643.597.000

Curitiba, 15 de maio de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a essa egrégia Assembléia Legislativa, que, dando cumprimento ao disposto no artigo 3º da Lei Estadual nº 9494, de 21 de dezembro de 1990 e seus parágrafos 1º e 2º, o Poder Executivo procedeu à primeira correção dos recursos do Orçamento Fiscal, Próprio da Administração Indireta e da Programação Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, através do Decreto Lei nº 361, de 09 de maio de 1991.

O indicador utilizado para esta correção foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor- INPC/IBGE, em substituição ao IPC/IBGE que deixou de ser publicado a partir de março do corrente ano. A opção pelo INPC/IBGE deve-se tanto ao fato de sua estrutura de cálculo ser semelhante a do IPC, quanto a sua elaboração ser realizada pelo mesmo organismo oficial da União.

Com base na projeção da arrecadação das receitas estaduais e tendo em vista que o INPC/IBGE acumulado nos meses de janeiro a março do corrente exercício foi de 62,52% optou-se pela correção das cotações iniciais dos orçamentos aprovados pela Lei Estadual, nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990, em 60%.

Assim sendo, a Receita estimada atingiu com a correção os montantes destacados a seguir:

Em Cr\$ 1,00

1) Receitas de Recolhimento
Centralizado.....473.587.200.000
. Receitas Correntes....432.943.603.000

2) Receitas próprias de Recolhimento Descentralizado das Fundações, Autarquias e Órgãos de Regime Especial (Exclusive transferências de Tesouro Estadual)..... 161.711.501.000
. Receitas Correntes... 87.728.256.000
. Receitas de Capital... 73.983.245.000

3) Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista exclusive transferências do Tesouro Estadual.....111.107.600.000
. Receitas Correntes....346.368.077.000
. Receitas de Capital...164.739.609.000

4) Total das Receitas....1.146.406.387.000
. Receitas Correntes.. 867.039.936.000
. Receitas de Capital.. 279.366.451.000

O Orçamento Fiscal, que estimava a receita em Cr\$ 295.992.000,00 (duzentos e noventa e cinco bilhões, novecentos e noventa e dois milhões de cruzeiros) e fixava a despesa de igual importância atingiu com a correção, o montante de Cr\$ 473.587.200.000,00 (quatrocentos e setenta e três bilhões, quinhentos e oitenta e sete milhões e duzentos mil cruzeiros).

O Orçamento Próprio da Administração Indireta, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações, estimado em Cr\$ 184.310.808.000,00 (cento e oitenta e quatro bilhões, trezentos e dez milhões, oitocentos e oito mil cruzeiros), passou pa-

ra o montante de Cr\$ 294.897.293.000,00 (duzentos e noventa e quatro bilhões, oitocentos e noventa e sete milhões, duzentos e noventa e três mil cruzeiros).

O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, estimado em Cr\$ 103.688.424.000,00 (cento e três bilhões, seiscentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil cruzeiros) atingiu a estimativa de Cr\$ 165.901.478.000,00 (cento e sessenta e cinco bilhões, novecentos e um milhões, quatrocentos e setenta e oito mil cruzeiros), integrando a Programação Glo-

bal destas Empresas que de uma estimativa de Cr\$ 347.368.224.000,00 (trezentos e quarenta e sete bilhões, trezentos e sessenta e oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil cruzeiros) passou para um valor estimado de Cr\$ 555.789.158.000,00 (quinhentos e cinquenta e cinco bilhões, setecentos e oitenta e nove milhões, cento e cinquenta e oito mil cruzeiros).

No Orçamento Fiscal corrigido a despesa fixada para os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, atinge os montantes apresentados a seguir:

Cr\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
Poder Legislativo	10.934.477.000	614.937.000	11.549.414.000
Poder Judiciário	19.718.477.000	3.191.424.000	22.909.901.000
Poder Executivo	295.253.145.000	134.559.130.000	429.818.275.000
Ministério Público	9.256.397.000	58.210.000	9.815.610.000
TOTAL	331.168.492.000	138.484.704.000	473.591.200.000

Esta primeira correção, permite trazer os orçamentos já corroídos pelo índice inflacionário presente em nossa economia, a preços mais realistas e conseqüentemente permite a execução da programação da Lei Orçamentária Anual.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

DECRETO N° 361

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe confere o artigo 8°, item V da Constituição Estadual e da autoridade contida no artigo 3° da Lei Estadual n° 9407, de 19 de outubro de 1990, e no artigo 5° da Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, e seus parágrafos 1° e 2°,

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica procedida à correção dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e da Programação Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, no índice de 60% sobre as dotações iniciais aprovadas pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990.

Art. 2° - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo

de 10 dias após a publicação deste Decreto, divulgará os Quadros de Detalhamento de Despesa, especificando por Projetos e Atividades e por Elementos de Despesas os valores corrigidos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 09 de maio de 1991.
170° da Independência e 105° da República

(aa) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

CARLOS ARTUR KRUGER PASSOS
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

MENSAGEM N° 26/91

Curitiba, 05 de junho de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar, no valor de Cr\$ 41.120.000,00 (quarenta e um milhões, cento e vinte mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, para atender despesas com locação e adaptação de imóvel destinado à instalação da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, em virtude da interdição do prédio onde funciona a

referida escola.

Esclareço também que os recursos para a cobertura desta programação são decorrentes de cancelamentos nos orçamentos do próprio Órgão e da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

Certo de poder contar com a atenção desta egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar, no valor de Cr\$ 41.120.000,00 (quarenta e um milhões, cento e vinte mil cruzeiros), ao orçamento vigente da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, destinado à locação e adaptação de imóvel para

instalação da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, conforme Anexo I, desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente dos orçamentos do próprio Órgão e da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, conforme Anexo II, desta Lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o orçamento próprio da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo III e IV desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I FL:01
CR\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	LDR	VALOR	Nº PROCES. COP
0900	Chefia do Poder Executivo					
0908	Gabinete do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico - Entidades Vinculadas					
2120	Programação a cargo da Escola de Música e Belas Artes do Paraná	3211.03	00		41.120	0183
TOTAL					41.120	

CANCELAMENTO ANEXO II FL:01
CR\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	LDR	VALOR	Nº PROCES. COP
0900	Chefia do Poder Executivo					
0907	Gabinete do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico -					
2084	Avaliação, Planejamento e Administração, Planejamento no Ens.Superior	3132.00	00	L	20.480	0183

0908 Gabinete do Secretário
Especial da Ciência,
Tecnologia e Desenvol-
vimento Econômico -
Entidades Vinculadas

2120 Programação a cargo
da Escola de Música
e Belas Artes do
Paraná

4311.02 00 L 20.640 0183

TOTAL

41.120

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO III

FL:02

CR\$ 1.000,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO

NATUREZA DA
DESPEZA

FT

LDR

VALOR

Nº PROCES.
COP

1000 Chefia do Poder
Executivo
-Entidades Vinculadas

1034 Fundação Escola de Mú-
sica e Belas Artes do
Paraná.

2087 Administração do Ensi-
no Superior de Música
e Belas Artes

3132.00 00 L 41.120 0183

TOTAL

41.120

CANCELAMENTO

ANEXO IV

FL:02

CR\$ 1.000,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO

NATUREZA DA
DESPEZA

FT

LDR

VALOR

Nº PROCES.
COP

1000 Chefia do Poder
Executivo
- Entidades Vinculadas

1034 Fundação Escola de Mú-
sica e Belas Artes do
Paraná.

1049 Edificações e Equipamen-
tos para a Escola de Mú-
sica e Belas Artes do
Paraná.

4110.00 00 L 20.640 0183

TOTAL

20.640

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, por 5 (cinco) dias, a partir do próximo dia 19, com destino a Buenos Aires, Argentina, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n. DTL/SAT/149/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n. 111/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os ns. DTL/SAT/140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 150 e 151/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei ns. 037/91.

De autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do município de Ibema, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.609. Anote-se - Arquite-se.

119/91 - De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Cultural e Educacional Samuel Aun Weor - FUNDASAW", com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.610. Anote-se - Arquite-se.

127/91 - De autoria do Deputado Lourenço Fregoneze, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranaguá", com sede e foro na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.611. Anote-se - Arquite-se.

150/91 - De autoria do Deputado Colombino Grassano, que declara de Utilidade Pública a "Associação das Damas de Caridade de Arapongas", com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.612. Anote-se - Arquite-se.

117/91 - De autoria do Deputado Antônio Costenaro, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Professores de Jandaia do Sul - APROJAN", com sede e foro

Curitiba, segunda, em 10.06.91

no Município de Jandaia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.613. Anote-se - Arquite-se.

135/91 - De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "Federação das Misericórdias e Hospitais Filantrópicos do Estado do Paraná - FEMI-PA", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.614. Anote-se - Arquite-se.

137/91 - De autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública Estadual o "Centro de Jardinagem e Arte Floral do Paraná - CEJARTE", entidade civil e cultural sem fins lucrativos, com sede em Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.615. Anote-se - Arquite-se.

138/91 - De autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública o "Lar Espiritual Luz, Amor, Verdade", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.616. Anote-se - Arquite-se.

189/91 - Do Poder Executivo, que concede partir de 1º de maio de 1991, abono equivalente a 40% dos servidores das entidades da Administração Indireta que menciona, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.617. Anote-se - Arquite-se.

191/91 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Poder Executivo, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.618. Anote-se - Arquite-se.

OF/DTL/SAT n. 149/91

Curitiba, 06 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 070/91, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n. 111/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a estadualização da estrada intermunicipal Pitanga/Mato Rico/Roncador, com extensão de 75 quilômetros.

O veto apostado ao plano de lei em exame decorre de pronunciamento técnico expendido pela Secretaria de Estado dos Transportes, através do qual aquela Pasta esclarece que a ligação entre as sedes municipais de Roncador e Pitanga já é satisfatoriamente servida pela rodovia estadual PR-239 e que a ora pretendida estadualização configura duplicação de uma ligação já existente, fato que ensejará dificuldades para

uma justificativa Técnico-econômica para tal ação.

Assevera, ainda, a Secretaria dos Transportes que o trecho em causa configura um segmento rodoviário que não apresenta as condições físicas (classificação técnica), compatíveis com as demais rodovias não pavimentadas componentes do sistema Rodoviário Estadual e, também que a questionada estadualização, se efetivada, viria exigir do DER custos orçamentários de grande monta, não só na execução de melhoramentos necessários na estrutura viária do mencionado trecho, como na sua conservação rotineira.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 214/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n. 24/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.600.000,00 (quarenta milhões e seiscentos mil cruzeiros), ao orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1367

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 215/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n. 25/91, que transforma em autarquias estaduais todas as Fundações criadas por Lei Estadual.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1387

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 166/91, que cria a Região Administrativa de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1388

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 169/91, que declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Clevelândia, com sede e foro naquela cidade.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1389

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 165/91, que dá nova redação a letra D ao Artigo 1° da Lei n. 9577 de 14 de março de 1991.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 170/91, que cria a Região Administrativa de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1369

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER Urgência de Votação para o Anteprojeto de Lei, Mensagem n. 26 do Executivo que aprova crédito suplementar para a instalação da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná e conseqüente aplicação do artigo 184 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A solicitação prende-se ao fato de que estes recursos serão utilizados para atender despesas com locação e adaptação do imóvel destinado à instalação da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, em virtude da interdição do prédio onde funciona a referida Escola.

A falta destes recursos e a demora na instalação da FEMBAP neste novo prédio poderá ocasionar a perda do ano letivo para os alunos da referida Escola e a demonstração do descaso pelo ensino das artes no Paraná.

O Estado sempre prestigiou as artes e os eventos aqui realizados atraem inúmeros artistas de outros Estados, demonstrando

que o apoio à cultura é objetivo do Governo.

REQUERIMENTO N° 1369-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1369-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base no inciso VI, § 3°, do artigo 132 do Regimento Interno, Requer licença para tratamento de saúde do dia 10 de junho a 25 de junho do corrente exercício, em prorrogação a já concedida.

Requer, outrossim as providências legais e regimentais cabíveis.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento:

Domingos Carvalho, Rossoni, João Arruda, Neivo Beraldin, Lourenço Fregonese, Heinz Herwig, João Iensen, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Emília Belinati, Carlos Simões, Geraldo Cartário, Colombino Grassano, Arlindo Troian e Nilton Barbosa.

REQUERIMENTO N° 1350

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, inserção em Ata de votos de pesar pelo falecimento do Sr. Albino Carminatti, bem como envio de expediente ao Vereador Aécio Carminatti (Santo Antônio do Sudoeste), filho do falecido, expressando pesar extensivo a toda sua família.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Para que em nome deste Poder Legislativo e, em meu próprio nome, fiquem expressas profundas condolências pelo falecimento de pessoa que, por sua conduta de vida, de todos sempre merecerá o mais profundo respeito e admiração.

REQUERIMENTO N° 1363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário a inserção nos Anais da Sessão de

Curitiba, segunda, em 10.06.91

hoje, votos de congratulações à Federação das APAE's para o Paraná, em face da eleição da sua nova Diretoria, dirigidos os cumprimentos ao Vice-Presidente eleito, o Senhor José Diniewicz.

Realizado em Ivaiporã, nos dias 31 de maio e 1° e 2 de junho, o XXX Encontro das APAE's paranaenses evidenciou, mais uma vez, a integração dessas Entidades, objetivando a troca de experiências, ampliando a atuação nos vários municípios onde estão instaladas.

Embora existam outros exemplos, não há dúvida que as APAE's significam, de modo indelével, o sentido maior da filantropia, como consequência do envolvimento direto e solidário de amplos setores da comunidade, irmanados no bem comum.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao ficar registrado nos Anais deste Poder, o fazemos com grande satisfação e regozijo, particularmente por ter, na liderança em todo este Estado, o Senhor José Diniewicz, iratiense com profundo conhecimento das questões pertinentes às APAE's, desejando a todos que, com a seriedade e a dedicação ininterruptas que sempre tiveram, possam continuar concretizando as suas ações.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1381

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações pela realização da Semana do Meio Ambiente - I Mutirão Escoteiro de Ação Ecológica.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Não é necessário, apenas falar em consciência ecológica. É preciso desenvolver ações que despertem e confirmem tal consciência.

Nesse sentido, a Semana do Meio Ambiente e o I Mutirão Escoteiro de Ação Ecológica prestam um verdadeiro serviço à causa ambientalista, envolvendo numa atividade da maior importância os jovens escoteiros do nosso Estado.

Por essa razão, cumprimentamos de forma sincera a União dos Escoteiros do Brasil (Região do Paraná), Secretaria Municipal do Meio Ambiente, ITCF e SUREHMA.

Que do teor do presente, além dos supramencionados, dê-se conhecimento ao vereador Paulo Salamuni, de Curitiba, ao IBAMA, RFFSA, Clube Paranaense de Montanhismo, Jeep Club de Ctba, Comunidade Ba-ha'i e Polícia Militar do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1361

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ofício endereçado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, no sentido da liberação de recursos para o Lar dos Velhinhos, localizado na municipalidade de Rio Azul.

Em nome do Poder Legislativo, através do seu Presidente, Sr. Adão Klemba, a mencionada entidade de cunho filantrópico, como tal, tem se sustentado graças à profunda dedicação por parte da população. No entanto, em que pese tão imprescindíveis esforços, tem sido difícil a manutenção do Lar dos Velhinhos, o que por vezes compromete o seu pleno funcionamento.

Assim sendo, face ao exposto, aguarda-se o respaldo técnico e financeiro.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Sr. Luiz Cláudio Romanelli, DD. Secretário de Estado da Política Habitacional, no sentido de que sejam viabilizados recursos para a construção de 30 unidades habitacionais, no Distrito de Perobal, Município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito de Umuarama, Sr. Alexandre Ceranto, à Câmara Municipal e ao Vereador Sebastião Barbosa.

Sala das Sessões em 10.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento demográfico na região Noroeste tem se acentuado nesta última década, resultado principalmente da migração de irmãos do Norte do País, que buscam nas terras férteis do nosso Estado, melhores condições de plantio, colheita e remuneração.

É grande o movimento nas rodoviárias, nas estradas dos municípios do interior do Paraná, de famílias inteiras que desembarcam com praticamente suas roupas do corpo como seu único patrimônio e se aventuram na periferia dos centros urbanos, sonhando com a possibilidade de obterem condições melhores para uma vida mais digna.

O inchaço dos bairros, vilas e distritos destas cidades é flagrante, cresce a olhos vistos e causa problemas sociais graves, dado a impossibilidade de atendimento por parte das autoridades municipais,

país, pela falta de infra-estrutura e pela própria incapacidade de absorção deste contingente populacional.

Faltam escolas, empregos, creches, atendimento na área da saúde, habitação gerando insegurança aos chefes de famílias, às donas de casa e principalmente às crianças.

O pedido, uma vez atendido, iria minimizar tal situação que é aflitiva para os Prefeitos e para a sociedade como um todo.

REQUERIMENTO N° 1347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Sr. Luiz Cláudio Romanelli, DD. Secretário de Estado da Política Habitacional, no sentido de que sejam viabilizados recursos para a construção de 50 unidades habitacionais, no Distrito de Vila Alta, Município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito de Umuarama, Sr. Alexandre Ceranto, e ao Vereador da Câmara Municipal de Umuarama, José Ilton de Oliveira.

Sala das Sessões em 10.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento demográfico na região Noroeste tem se acentuado nesta última década, resultado principalmente da migração de irmãos do Norte do País, que buscam nas terras férteis do nosso Estado, melhores condições de plantio, colheita e remuneração.

É grande o movimento nas rodoviárias, nas estradas dos municípios do interior do Paraná, de famílias inteiras que desembarcam com praticamente suas roupas do corpo como seu único patrimônio e se aventuram na periferia dos centros urbanos, sonhando com a possibilidade de obterem condições melhores para uma vida mais digna.

O inchaço dos bairros, vilas e distritos destas cidades é flagrante, cresce a olhos vistos e causa problemas sociais graves, dado a impossibilidade de atendimento por parte das autoridades municipais, pela falta de infra-estrutura e pela própria incapacidade de absorção deste contingente populacional.

Faltam escolas, empregos, creches, atendimento na área da saúde, habitação gerando insegurança aos chefes de famílias, às donas de casa e principalmente às crianças.

O pedido, uma vez atendido, iria minimizar tal situação que é aflitiva para os Prefeitos e para a sociedade como um todo.

REQUERIMENTO N° 1348

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Sr. Luiz Cláudio Romanelli, DD. Secretário de Estado da Política Habitacional, no sentido de que sejam viabilizados recursos para a construção de 30 unidades habitacionais, no Distrito de Serra dos Dourados, Município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito de Umuarama, Sr. Alexandre Ceranto, e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões em 10.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento demográfico na região Noroeste tem se acentuado nesta última década, resultado principalmente da migração de irmãos do Norte do País, que buscam nas terras férteis do nosso Estado, melhores condições de plantio, colheita e remuneração.

É grande o movimento nas rodoviárias, nas estradas dos municípios do interior do Paraná, de famílias inteiras que desembarcam com praticamente suas roupas do corpo como seu único patrimônio e se aventuram na periferia dos centros urbanos, sonhando com a possibilidade de obterem condições melhores para uma vida mais digna.

O inchaço dos bairros, vilas e distritos destas cidades é flagrante, cresce a olhos vistos e causa problemas sociais graves, dado a impossibilidade de atendimento por parte das autoridades municipais, pela falta de infra-estrutura e pela própria incapacidade de absorção deste contingente populacional.

Faltam escolas, empregos, creches, atendimento na área da saúde, habitação gerando insegurança aos chefes de famílias, às donas de casa e principalmente às crianças.

O pedido, uma vez atendido, iria minimizar tal situação que é aflitiva para os Prefeitos e para a sociedade como um todo.

REQUERIMENTO N° 1349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao ilustríssimo Sr Comandante Rolin Adolfo Amaro, Diretor Presidente da TAM - Transportes Aéreos Regionais S/A, no sentido de que envie esforços com vistas a ampliar a rota São Paulo/Londrina, com as aeronaves FOKR-100, até Maringá.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento, haja vista que a presente solicitação é

Curitiba, segunda, em 10.06.91

extremamente importante, na medida que virá de encontro aos apelos feitos pela classe empresarial da região.

REQUERIMENTO N° 1354

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Sr. Luiz Cláudio Romanelli, DD. Secretário de Estado da Política Habitacional, no sentido de que sejam viabilizados recursos para a construção de 30 unidades habitacionais, no Distrito de Herculanópolis, Município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito de Umuarama, Sr. Alexandre Ceranto e ao Vereador Dário Benedito de Souza.

Sala das Sessões em 10.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento demográfico na região Noroeste tem se acentuado nesta última década, resultado principalmente da migração de irmãos do Norte do País, que buscam nas terras férteis do nosso Estado, melhores condições de plantio, colheita e remuneração.

É grande o movimento nas rodoviárias, nas estradas dos municípios do interior do Paraná, de famílias inteiras que desembarcam com praticamente suas roupas do corpo como seu único patrimônio e se aventuram na periferia dos centros urbanos, sonhando com a possibilidade de obterem condições melhores para uma vida mais digna.

O inchaço dos bairros, vilas e distritos destas cidades é flagrante, cresce a olhos vistos e causa problemas sociais graves, dado a impossibilidade de atendimento por parte das autoridades municipais, pela falta de infra-estrutura e pela própria incapacidade de absorção deste contingente populacional.

Faltam escolas, empregos, creches, atendimento na área da saúde, habitação gerando insegurança aos chefes de famílias, às donas de casa e principalmente às crianças.

O pedido, uma vez atendido, iria minimizar tal situação que é aflitiva para os Prefeitos e para a sociedade como um todo.

REQUERIMENTO N° 1355

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Sr. Luiz Cláudio Romanelli, DD. Secretário de Estado da Política Habitacional, no sentido de que sejam viabilizados recursos para a construção de 20 unidades habitacionais,

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito de Umuarama, Sr. Alexandre Ceranto e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões em 10.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento demográfico na região Noroeste tem se acentuado nesta última década, resultado principalmente da migração de irmãos do Norte do País, que buscam nas terras férteis do nosso Estado, melhores condições de plantio, colheita e remuneração.

É grande o movimento nas rodoviárias, nas estradas dos municípios do interior do Paraná, de famílias inteiras que desembarcam com praticamente suas roupas do corpo como seu único patrimônio e se aventuram na periferia dos centros urbanos, sonhando com a possibilidade de obterem condições melhores para uma vida mais digna.

O inchaço dos bairros, vilas e distritos destas cidades é flagrante, cresce a olhos vistos e causa problemas sociais graves, dado a impossibilidade de atendimento por parte das autoridades municipais, pela falta de infra-estrutura e pela própria incapacidade de absorção deste contingente populacional.

Faltam escolas, empregos, creches, atendimento na área da saúde, habitação gerando insegurança aos chefes de famílias, às donas de casa e principalmente às crianças.

O pedido, uma vez atendido, iria minimizar tal situação que é aflitiva para os Prefeitos e para a sociedade como um todo.

REQUERIMENTO N° 1356

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Sr. Luiz Cláudio Romanelli, DD. Secretário de Estado da Política Habitacional, no sentido de que sejam viabilizados recursos para a construção de 30 unidades habitacionais, no Distrito de Santa Elisa, Município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito Municipal, e ao Vereador Benedito Padilha.

Sala das Sessões em 10.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento demográfico na região Noroeste tem se acentuado nesta última década, resultado principalmente da migração de irmãos do Norte do País, que buscam nas terras férteis do nosso Estado, melhores condições de plantio, colheita e remuneração.

ção.

É grande o movimento nas rodoviárias, nas estradas dos municípios do interior do Paraná, de famílias inteiras que desembarcam com praticamente suas roupas do corpo como seu único patrimônio e se aventuram na periferia dos centros urbanos, sonhando com a possibilidade de obterem condições melhores para uma vida mais digna.

O inchaço dos bairros, vilas e distritos destas cidades é flagrante, cresce a olhos vistos e causa problemas sociais graves, dado a impossibilidade de atendimento por parte das autoridades municipais, pela falta de infra-estrutura e pela própria incapacidade de absorção deste contingente populacional.

Faltam escolas, empregos, creches, atendimento na área da saúde, habitação gerando insegurança aos chefes de famílias, às donas de casa e principalmente às crianças.

O pedido, uma vez atendido, iria minimizar tal situação que é aflitiva para os Prefeitos e para a sociedade como um todo.

REQUERIMENTO N° 1357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial ao Sr. Reinaldo José Rodriguez dos Santos, DD. Superintendente da SUCEAM, no sentido de viabilizar recursos financeiros e/ou materiais para o combate à erosão nas ruas Arapongas, Mandaguari e Campina da Lagoa, no Distrito de Vila Alta, no Município de Umuarama, bem como para a canalização dos resíduos lançados pela Indústria de Laticínios Mirage, naquele Distrito.

Do aprovado, requer ainda envio de expediente ao Vereador José Ilton de Oliveira, ao Prefeito Municipal, Sr. Alexandre Ceranto e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um problema grave e que tem na sua solução uma repercussão bastante benéfica para a saúde e segurança dos moradores daquele distrito.

Em vias de se emancipar de Umuarama, Vila Alta precisa se adequar para oferecer aos seus munícipes melhores condições de vida, com a instalação de estrutura própria e no caso específico de erosão, problema crucial na região, de canalizar as águas da chuva e os resíduos e detritos que são lançados por uma indústria local, eliminando o processo erosivo e a proliferação de insetos e mau cheiro.

A SUCEAM, através de convênio com a Prefeitura Municipal de Umuarama, poderia

ajudar a sanar esses problemas.

REQUERIMENTO N° 1359

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com a finalidade da reabertura do Escritório da Claspas na Municipalidade de MALLET.

Consustanciado na iniciativa do nobre Vereador Renato Zapszalka, o fechamento do referido Escritório com a conseqüente falta de um técnico, só tem trazido sérios prejuízos incontornáveis, atingindo notadamente o conjunto de pequenos e médios proprietários rurais.

Em face do exposto, aguarda-se um reexame à presente questão, adotando medidas cabíveis.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1360

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, no sentido da destinação de um aparelho de raio "x" para a Municipalidade de TEIXEIRA SOARES.

Valendo-se da iniciativa do Poder Legislativo, manifestada através do seu Presidente, Senhor Antônio Acordi Filho, o referido equipamento visa oferecer um serviço médico principalmente voltado às camadas de menor poder aquisitivo, reconhecidamente impossibilitadas de arcar com qualquer despesa decorrente.

Em razão dos motivos aqui apresentados, aguarda-se um parecer favorável por parte dessa Secretaria, concretizando assim uma justa aspiração.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1362

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Transporte e da Ação Social, visando à reativação do Projeto Gralha Azul na Municipalidade de INÁCIO MARTINS.

Consustanciado na iniciativa do Poder Legislativo, através do seu Presidente, Senhor Alceu Felde de Campos, é de vital importância a reativação do mencionado

Curitiba, segunda, em 10.06.91

Programa, considerando o seu inegável alcance social, sob a forma simplificada e descentralizada na liberação de recursos, respeitando criteriosamente os interesses comunitários, como de então vinha ocorrendo em Inácio Martins.

Em face do exposto, espera-se, por parte dessa Pasta, o respaldo que se fizer necessário para atender a este justo pleito.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1372

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Mário Pereira, solicitando a inclusão no orçamento de 1.992, dotação para pavimentação asfáltica das seguintes Rodovias Rurais e Intermunicipais:

a) Rodovia Maria Helena - Fazenda Três Irmãos até a PR 480 (ligando os Municípios de Maria Helena e Cruzeiro do Oeste), com extensão de 12 quilômetros;

b) Rodovia Carbonera - Alto Alegre - Três Placas, até a PR 580 (ligando os Municípios de Maria Helena e Umuarama), numa extensão de 20 quilômetros.

Insta salientar, que, com o asfaltamento, as referidas Rodovias viabilizarão o escoamento da produção agrícola dos municípios mencionados.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 1379

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja viabilizada a reativação total do Hospital Geral da Lapa, Hospital São Sebastião, sendo que a capacidade do mesmo comporta em torno de quatrocentos leitos, faltando basicamente determinação administrativa e política para que o referido hospital venha funcionar a contento atendendo a população de diversos municípios circunvizinhos.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

A existência de um grande patrimônio sem utilização real, efetiva, é um descaso que a população sofrida e desassistida não pode mais merecer. Assim, compreendemos a necessidade da reativação total do Hospital Geral da Lapa, que muito beneficiará a

um grande número de pessoas. Com o equipamento e profissionais em número adequado, este hospital poderá atender pacientes dos municípios da Lapa, Antônio Olinto, Campo do Tenente, São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Contenda, Araucária e outros. Evitando que se faça necessário o deslocamento dessas pessoas até Curitiba, para um atendimento mais qualificado. Visando um melhor atendimento a toda essa gente paranaense é que conclamamos pela sensibilidade do Secretário da Saúde para que coloque empenho na ativação deste hospital.

REQUERIMENTO N° 1380

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam efetuados reparos na Ponte Histórica sobre o rio Nhundiaquara na localidade de Porto de Cima, Município de Morretes, pois a mesma encontra-se em péssimo estado de conservação, podendo causar, se não for imediatamente recuperada, sérios acidentes.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

A ponte sobre o rio Nhundiaquara, localizada em Porto de Cima-Morretes, encontra-se em péssimo estado, a corrosão, o tráfego pesado, e o tempo, todos colaboram para que a mesma esteja em más condições. Gostaríamos que a Secretaria de Transportes tomasse providências urgentes no sentido de recuperar a citada ponte, para evitar maiores transtornos. A solicitação prende-se ao fato de que moradores da região vêm constatando a não atenção e manutenção por parte dos órgãos competentes. Assim, gostaríamos que as providências necessárias fossem tomadas rapidamente.

REQUERIMENTO N° 1382

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente à TELEPAR, Telecomunicações do Paraná, S/A, solicitando a instalação de um telefone público na localidade de Imbuial. (Estrada da Ribeira, Km 24).

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações dos moradores da localidade em questão, o local mais próximo para um telefonema de emergência, em aparelho público, a qualquer hora do dia ou da noite, só pode ser feito a mais de cinco quilômetros, na EMBRAPA.

Temos certeza de que tal deficiência

só persiste por não ser do conhecimento da competente equipe da TELEPAR que, avaliando as condições de viabilização técnica, atenderá a solicitação contida no presente.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao jornalista Dino Almeida, em cuja coluna oportunamente foi veiculada matéria sobre a questão.

REQUERIMENTO N° 1375

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, o encaminhamento de proposição, ao Senhor Superintendente da Rede Ferroviária Federal, no Paraná, solicitando as seguintes informações:

1 - Quais os motivos que levaram a Rede, por essa Superintendência, a retirar, da linha do trem que faz o trajeto Curitiba-Paranaguá, a parada na estação de Piraquara?

2 - Quais os requisitos que justificam as paradas dos trens?

3 - Há quantos anos os trens, da linha citada, faziam paradas na estação de Piraquara?

4 - É intenção dessa Superintendência desativar a linha de trem Curitiba-Paranaguá gradativamente, cortando suas paradas?

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Piraquara foi atendida, em suas necessidades de transportes, pelo trem que fazia parada na estação da Rede. Sem aviso e nem explicações, o trem deixou de fazer parada ali. A revolta da população, o repúdio da Câmara Municipal e segmentos organizados exigem uma tomada de posição para uma resposta e esclarecimento da Rede Ferroviária Federal.

REQUERIMENTO N° 1374

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de cópia do Pronunciamento em Homenagem ao Dia de Portugal, ao Poeta Luiz de Camões e às Comunidades Portuguesas do Brasil, proferida por este Parlamentar, nesta data.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Enviar cópia para:

- 1 - Embaixada de Portugal em Brasília.
- 2 - Consulado Geral de Portugal em São Paulo - SP.
- 3 - Conselho Estadual da Comunidade Portuguesa no Paraná.
- 4 - Consulado de Portugal no Paraná.

REQUERIMENTO N° 1364

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve pede, em homenagem aos descendentes de ucranianos que imigram para o Paraná - e aqui realizaram-se como cidadãos livres -, a inserção nos anais da Assembléia da Declaração sobre a Soberania da Ucrânia.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Por muitos anos, os ucranianos do Paraná, como de resto todos os ucranianos dispersos em diáspora pela perseguição stalinista, sonharam com a liberdade.

O ato, promulgado pelo Parlamento Nacional da Ucrânia, em KIEV, despertou júbilo entre os que sonham com a mãe Pátria livre de jugo totalitarista.

Assim, a inserção dos Anais desta Casa, desta Declaração se configura como um reconhecimento do nosso povo a luta que todos os seres humanos livres devem empreender contra os totalitarismos.

REQUERIMENTO N° 1384

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrita nos Anais desta Casa a CARTA DO SEMINÁRIO "REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - URGENTE!", resultado de evento realizado neste Poder no dia 10 de maio próximo passado.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Extremamente oportuna a Carta aprovada como conclusão do Seminário sobre a Região Metropolitana de Curitiba por apontar soluções discutidas como alternativas para a suspensão dos principais problemas que, hoje, afetam a população residente na região da Capital do Estado.

Deve a Assembléia acolher tais conclusões como posição de todo o Poder, a fim de não apenas valorizar aquele debate que envolveu as pessoas diretamente relacionadas com os problemas, como também seu compromisso com a transformação da qualidade de vida da população residente na área em questão.

Que do teor do presente, dê-se conhecimento aos Deputados Estaduais, Governador do Estado, Secretários Estaduais e Prefeitos da Região Metropolitana de Curitiba.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 224/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o "PROJETO SHALOM DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO", com sede no Município de Maringá.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, encontra-se devidamente registrada sob o n° 3341, no livro A-2, sob o n° 02/2108 no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas - Maringá/PR.

Como bem demonstra a documentação anexa, esta Entidade tem por finalidade promover o desenvolvimento humano e a integração Social, Civil, Familiar, Religiosa, Moral, Educacional e Cultural de menores carentes, em consonância com o "ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE".

Este Projeto faz, paralelamente, um trabalho de base à família do menor assistido, possibilitando a reintegração deste ao convívio familiar.

O Projeto Shalom atende ainda, pessoas carentes de outras faixas etárias, ou as encaminha a entidades que o façam.

Merecendo o aplauso e incentivo pelo muito que vem realizando em favor dos menos favorecidos, justifica-se plenamente seja o PROJETO SHALOM DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO declarado de Utilidade Pública, a fim de possibilitar a continuidade do seu trabalho.

Assim sendo, entendemos procedente este pedido, e esperamos pelo aceite do mesmo, pelos nobres Pares da Casa, onde estarão promovendo o bem-estar da comunidade.

PROJETO DE LEI N° 225/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Pará

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam revogadas as Leis n°s 9302 e 9442, de 18.06.90 e de 16.11.90, respectivamente, que criaram o município de Guaraituba, com território desmembrado do Município de Colombo, com sede na localidade do mesmo nome.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A solicitação de revogação das Leis n°s 9302 e 9442, que criaram o município de Guaraituba, com território desmembrado do Município de Colombo, justifica-se pela inconstitucionalidade flagrante quando da votação da mesma.

Aquela época, sob a luz da Carta Magna

Paranaense, vigente desde 05.10.89, era determinante o atendimento ao seu art. 19, § 1º, IV; § 2º e § 5º, conforme segue:

a - que o procedimento de desmembramento de municípios terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa, subscrito por no mínimo 100 (cem) eleitores residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas (Art. 19, § 2º, C.E.);

b - consulta prévia, mediante plebiscito à população da área a ser desmembrada (Art. 19, § 1º, IV, C.E.);

c - aprovação do eleitorado, pois caso contrário a proposição não prosperará (Art. 19, § 5º, C.E.).

Portanto, INCONSTITUCIONAL por:

a - não ter no processo, Projeto de Lei nº 35/90, do nobre Deputado Pirajá Ferreira, a referida subscrição de 100 (cem) eleitores;

b - não ter sido feito o plebiscito previamente e, inclusive, não tendo sido realizado até a data de hoje.

Esta solicitação de revogação das leis de criação deste município, também é feita por levantamento efetuado na região interessada, onde é flagrante o DESEJO DA COMUNIDADE EM QUE ESTE DESMEMBRAMENTO NÃO OCORRA.

Importante salientar que a história está a nos ensinar que a tendência mundial é termos a união das nações e territórios e não os seus desmembramentos.

A Europa se une, os Estados Unidos com o Canadá e o México, o Brasil e os países do Cone Sul formando o MERCOSUL.

Há de se ter governos municipais que atendam, por menores que sejam seus recursos, na necessidade de todos os seus municípios. E esses, elejam vereadores para a defesa de seus interesses.

O separatismo está na contra-mão da história. E fazê-lo não cumprindo o mínimo estipulado na Constituição Estadual é como afirmamos, no mínimo, inconstitucional.

A C.C.J., em seu ofício nº 143/91, de 18.04.91, está correta, portanto tenhamos seriedade!

(Anexo: Cópias dos documentos do projeto de lei que criou o município de Guaraituba).

PROJETO DE LEI Nº 226/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada municipal denominada GA-124, no sentido de Guarapuava, ligando os Distritos de Palmerinha - Campina do Simão - Santa Maria d Oeste,

uma extensão de 70 quilômetros.

2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O município de Guarapuava é sabidamente o maior município em extensão, no Estado do Paraná.

À vista disso, tem sua malha rodoviária de considerável tamanho e volume de tráfego pesado, eis que se trata de um município de intensa atividade agropastoril e industrial gerador de enormes divisas para nosso Estado, sendo dispensável, portanto, maiores comentários sobre sua importância sócio-econômica, histórica e sua tradição.

Assim é que, a atual administração, com incansável zelo e inegável competência, vem demonstrando a todo o Paraná o pujante desenvolvimento daquele município do Centro-Oeste, mesmo sem os recursos do Executivo Estadual, como ocorreu no Governo passado.

Há que se considerar ainda, a proximidade da instalação do futuro município de Santa Maria do Oeste, já emancipado por lei aprovada por este Legislativo, que muito se beneficiará com a estadualização dessa estrada, fazendo sua ligação com os Distritos de Campina do Simão e Palmerinha.

Dessa forma, face o crescimento e desenvolvimento demográfico e do atendimento a outras áreas da administração, é que se faz necessário diminuir a responsabilidade financeira do município, para que este possa dar continuidade às suas obras de grande alcance social em outros setores de atendimento.

Enfim, a estadualização da GA-124 vem de encontro aos reclamos regionais, se constituindo em resposta imediata aos clamores e proposições da população local, fazendo-se justiça a uma comunidade trabalhadora e produtiva, que considera que cabe ao Estado prover os municípios de melhores condições para a continuidade do crescente progresso.

PROJETO DE LEI Nº 227/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado "Colégio Estadual de Paranavaí Professor Benjamin Antônio Johann", o Colégio estadual do Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Com a presente lei, procura-se homenagear o Professor Benjamin Antônio Johann, denominando o Colégio Estadual de Paranaíba de Colégio Estadual de Paranaíba Professor Benjamin Antônio Johann. Tudo o que se disser de bom, a respeito desse professor, "Professor Benjamin" carinhosamente chamado, será pouco para descrever sua vida no magistério do município de Paranaíba.

A grandeza de sua mensagem como professor e verdadeiro sacerdote do magistério, não tem precedentes. Foi um amante do magistério, amante do bem, propagador do otimismo.

Fez da sua profissão, sua vocação maior. Só engrandeceu a classe dos professores, pois dentre eles foi o expoente, impondo-se pela franqueza, pela serenidade, pela coerência e pela responsabilidade com que desempenhava sua sagrada missão de educar, ensinar e formar.

Por mais de três décadas lecionou em Paranaíba. Não há dentre os paranavaenses, quem não foi seu aluno ou pelo menos não o conheceu. Por isso, também era considerado o professor dos paranavaenses.

A uma pessoa que desempenhou tão nobre tarefa, a de lecionar, e com êxito, pois exerceu esta função por muitos anos sempre sendo respeitado e admirado por seus alunos, colegas de profissão e por todos, nada mais justo que conceder ao "Professor Benjamin", esta homenagem.

PROJETO DE LEI N° 228/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada Rodovia Dr. Moacir Loures Pacheco, a Rodovia Estadual PR-480, que interliga a PR-323 à PR-082, interligando os municípios de Umuarama, Maria Helena, Nova Olímpia, Cidade Gaúcha e Tapira.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A presente lei visa dar denominação de Rodovia Dr. Moacyr Loures Pacheco, à Rodovia Estadual PR-480 que interliga a PR-323 à PR-082, interligando os Municípios de Umuarama, Maria Helena, Nova Olímpia, Cidade Gaúcha e Tapira.

Insta salientar que o homenageado, já falecido, como titular da Sociedade Colonizadora Paraná Ltda, foi colonizador dos municípios de Nova Olímpia, Maria Helena, Tapira, Douradina.

Cabe informar também que o cidadão que ora se procura homenagear foi Secretário

Curitiba, segunda, em 10.06.91

de Estado do Paraná e o primeiro Prefeito de Maria Helena.

Ainda sendo o homenageado pai do Procurador de Justiça do Paraná, Dr. Murilo Bastos Pacheco, ainda em atividade, e do médico Diretor do INAMPS, Dr. Moacir Pacheco Júnior e sogro do ex-Chefe do 17° Distrito Rodoviário do DER em Cruzeiro do Oeste, Dr. Osvaldo Formighieri, idealizador da pavimentação da Rodovia Umuarama - Maringá.

A uma pessoa que desempenhou tão nobres tarefas e ocupou grandes cargos públicos, e com êxito, pois influenciou seus descendentes e entes próximos que também desempenham importantes funções, nada mais justo que homenageá-lo com a denominação, com seu nome, da rodovia citada.

PROJETO DE LEI N° 229/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE DIABÉTICOS DO ESTADO DO PARANÁ - ADEP, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Diabéticos do Estado do Paraná, que ora se objetiva declarar de Utilidade Pública, constitui uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover a integração, a amizade e ajuda mútua entre os diabéticos; esclarecer e orientar a população em geral; defender todos os interesses e direitos dos diabéticos; prestar enfim, ampla e geral assistência aos diabéticos em todos os aspectos concernentes à doença.

A Associação de Diabéticos do Estado do Paraná - ADEP, fundada em 17 de julho de 1981, vem promovendo desde esta época, o bem-estar social de seus associados. Em 1985, a ADEP obteve junto ao INAMPS de Londrina a elaboração de um cadastro constando a relação dos diabéticos insulino-dependentes, facilitando, assim, a distribuição gratuita de insulina pela entidade.

Em 1989, realizou aproximadamente 1800 exames, com as Campanhas de Detecção de Diabetes. No ano de 1990, aconteceu a 9ª Semana do Diabético e Detecção, na cidade de Londrina, onde foram efetuados 1400 exames.

A ADEP vem prestando a Londrina e região, inestimável contribuição à sociedade, cumprindo com os objetivos propostos em seus estatutos, conforme relatório em

A ADEP e a APADE - Associação Paranaense de Diabéticos, a nível estadual, executam trabalho que dignifica e engrandece os seus integrantes e que merece de nossa parte inteiro reconhecimento e consideração.

PROJETO DE LEI N° 230/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado como de Utilidade Pública o NÚCLEO DE PESQUISAS UFO-LÓGICAS, NPU, com sede e foro nesta Capital, com finalidade e objetivos definidos em Estatuto próprio.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 24 de julho de 1986, conforme atestam os documentos anexos, o NÚCLEO DE PESQUISAS UFO-LÓGICAS, NPU, tem como objetivo a pesquisa científica do fenômeno "Objeto Voador não Identificado" (OVNI) e das possibilidades de vida fora do planeta Terra, divulgando por todos os meios educativos (cursos, palestras, seminários, etc) e na imprensa em geral suas pesquisas ufológicas e exobiológicas.

Pelo relatório de atividades constante da documentação anexa, poder-se-á verificar que o Núcleo de Pesquisas Ufológicas tem atendido aos objetivos para os quais foi criado, sobretudo o da pesquisa científica e difusão do conhecimento dela decorrente, o que o coloca dentro das exigências para reconhecimento como de Utilidade Pública.

Ainda que muitos não acreditem nos chamados OVNI's e em vida fora do nosso Planeta, ninguém pode negar o direito à pesquisa e discussão do assunto. Esse direito tem sido exercido de forma responsável e produtiva pelo NPU, o que justifica o presente Projeto de Lei.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do expediente, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados. (Lê).

"Estivemos em companhia do Governador Requião, quando da sua visita ao Paraguai, visando o estreitamento do relacionamento do Paraná com o Paraguai, devido à criação do MERCOSUL, pelo Tratado de Assunção, assinado pelo Presidente Collor.

Na época pronunciei nesta Casa, um discurso salientando a visão do Governador Requião, colocando o Paraná na frente desta integração.

Senhores:

O MERCOSUL já é uma realidade.

Desde aquela ida, minha pesquisa indica que o paranaense, empresário ou povo, não sabe o que significa estar integrado em um MERCADO COMUM.

E mais que isto, não consegue entender, de forma prática o que de suas vidas possa mudar.

Senhores, isto é grave, é muito grave. Esta Casa tem responsabilidade sobre o que está acontecendo.

Nós somos representantes do povo e, por isso, somos nós que devemos fazer desta Casa, uma fonte de informação e de defesa do povo do Paraná.

A propositura não é de ser contra o MERCOSUL, a integração dos povos é o novo norte a seguir.

A Europa que estará unida em 1992. Os Estados Unidos e Canadá estão unidos desde 1990.

Senhores Deputados:

O Paraná estará integrado ao Paraguai, Uruguai, e Argentina até 31 de dezembro de 1994, ou seja, no mesmo prazo de nossas legislaturas.

Portanto, recebemos um povo Paranaense protegido pelo seu Estado e Governo Federal e o deixaremos integrados e fatalmente desprotegidos pois as fronteiras físicas com o MERCOSUL passam pelo Paraná.

Caros Companheiros:

E integrados de que forma?

Com perdas de emprego na agricultura e agroindústria, onde os demais países tem mais produtividade.

Temos que deixar o Paraná integrado, porém dando condições para que sua economia agrícola e industrial seja competitiva.

Se planos para a integração não forem feitos pelo Governo Federal, o Paraná terá que fazê-lo e a nós cabe dar suporte legislativo a esta grande tarefa".

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê:)

"As rodovias brasileiras se encontram hoje em estado de calamidade, sem conservação. A ação das águas, combinadas com o tráfego intenso quase com excesso de peso, faz com que nossas estradas sejam um peri-

go constante aos usuários.

Porém, antes de simplesmente culparmos o Poder Público pela ineficiência, precisamos conhecer a origem destes problemas. Até 1945, a malha rodoviária brasileira era inexpressiva. Neste ano, o Deputado mineiro Maurício Joppert, através de uma Lei, criou o Fundo Rodoviário Nacional, formado com recursos do Imposto Único Sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Com recursos deste fundo, da Taxa Rodoviária Única (TRU) e do Imposto Sobre Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual (ISTR), durante mais de 30 anos o DNER, os DERS e as Prefeituras Municipais puderam ampliar e manter suas malhas rodoviárias. Neste período, consolidou-se o modal rodoviário no país, representado pelas nossas rodovias, num patrimônio superior a 150 bilhões de dólares. Era pelo menos alguma coisa que funcionava neste nosso Brasil. Mas aí, a partir do início da década de 80, com atos legislativos e administrativos, houve um crescente esvaziamento do Fundo Rodoviário, levando a degradação da malha rodoviária. O golpe de misericórdia veio com a atual Constituição, que extinguiu este Fundo e não mais permitiu a vinculação de recursos ao setor rodoviário. Num país de tantas carências, é natural que as rodovias venham posicionadas como prioridade após a saúde. A educação, a habitação popular, o saneamento básico, a segurança e tantas outras também desassistidas. Sem recursos, o que vemos é o completo abandono das rodovias federais, eixos principais do transporte rodoviário nos Estados da Federação.

Trocar o transporte rodoviário pelo hidroviário ou ferroviário, também não é solução, pois os recursos necessários para a execução destas obras, seriam infinitamente maiores que os necessários para a duplicação e conservação das estradas existentes. E não se diga que no Brasil existem rodovias demais; apenas para comparação, alguns dados: o Brasil possui hoje uma rede de rodovias, de mais ou menos 150.000 quilômetros pavimentados, e o Paraná, em torno de 14.000 quilômetros. Os Estados Unidos possuem em torno de 4.500.000 quilômetros pavimentados, portanto, trinta vezes mais. A França, que é 16 vezes menor que o Brasil, possui quase 1.200.000 quilômetros pavimentados, portanto, oito vezes mais que o Brasil. A Alemanha, que é quase do tamanho do Paraná, possui 900.000 quilômetros de estradas pavimentadas. Pelo que se vê, para o Paraná atingir o nível de países desenvolvidos, muito ainda há por fazer.

Vimos recentemente, num programa de televisão de grande alcance nacional, o estado lastimável que se encontram as ro-

dovias federais brasileiras, com a perda de milhares de vidas e de bens materiais, encarecendo sobremaneira o transporte de mercadorias.

Foram mais de 50.000 vítimas no trânsito só no ano passado. Alguma coisa terá que ser feita a curto prazo, para não se destruir todo esse patrimônio construído com tanto sacrifício.

Como Secretário de Transportes do Estado do Paraná destes últimos governos, sabemos muito bem o quanto foi difícil ao Estado do Paraná alocar recursos próprios para recuperar suas rodovias."

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Vossa Excelência já fala no Horário da Liderança do PSDB.

O SR. HEINZ HERWIG - Muito obrigado.

No Governo Richa/João Elísio, foram restaurados e recapeados quase 1.500 quilômetros de rodovias, e no Governo Álvaro Dias mais de 2.000 quilômetros, o que representa, em cada Governo, algo em torno de 20% da malha pavimentada existente na época.

Com isso, o Paraná conseguiu até hoje, manter a sua rede pavimentada estadual, em boas condições de conservação, que temos certeza continuará no atual Governo. Isso não será difícil, pois como o Governo Requião não pretende aumentar a malha pavimentada, é necessário apenas continuar o que os Governos anteriores já faziam com bastante competência.

Hoje virou moda criticar as rodovias do nosso Estado, como se ele fosse um mal, quando, ao contrário, ele trouxe o desenvolvimento com imensos benefícios à população atendida.

Todos sabemos que os mais de 2.400 quilômetros de estradas pavimentadas do Governo Richa, e os mais de 3.000 quilômetros do Governo Álvaro Dias, não foram produto da vontade própria dos governantes, mas sim, da solicitação constante da população paranaense através de seus representantes, Vereadores, Deputados, Prefeitos, Cooperativas, Clubes de Serviços, que elegeram a pavimentação de suas estradas como prioridade.

É muito fácil criticar o asfaltamento de estradas, quem já foi beneficiado por ele. Vá a Inácio Martins, a Cerro Azul, a Adrianópolis, a Guaraqueçaba, vá a Boa Esperança do Iguaçu ou a periferia das grandes cidades, ver que o asfalto não é prioridade.

Quem fica o dia inteiro na "Boca Mal-dita" de Curitiba, naturalmente não precisa de asfalto, ele quer mais sombra e cafezinho quente. Todas essas obras rodoviárias foram executadas nestes últimos Governos Estaduais, graças à eficiência,

competência, experiência e motivação dos funcionários do DER do Paraná. É uma equipe altamente profissionalizada, onde os cargos de comando eram alcançados após curso de especialização em cada uma das áreas de atuação do órgão.

Esta equipe fez do nosso DER um órgão respeitado em todos os organismos nacionais: Caixa Econômica, BNDS; internacionais, como o Banco Mundial e BIRD. É considerado por todos os especialistas, como órgão rodoviário modelo do Brasil, e nós, como membro desse corpo de funcionários, tendo passado pelos diversos degraus da carreira, desde simples engenheiro-fiscal até diretor geral do órgão, e depois até Secretário dos Transportes, nos preocupamos com a situação atual do órgão.

Esperamos que se respeite a experiência e o passado íntegro dos nossos técnicos e funcionários, e que os que vierem de fora do órgão possam trazer algo que de fato ajude o desenvolvimento do nosso DER.

No Estado do Paraná, até agora, as estradas foram executadas pelos melhores preços unitários, e isso só foi conseguido pela honestidade e capacidade de toda equipe do DER.

Gostaria inclusive, de informar ao ilustre Deputado Ernani Pudell, que o custo do quilômetro pavimentado do trecho Bela Pranchita, não alcançou 300.000 dólares, Deputado, e não 1.000.000 de dólares, como foi afiançado aqui por Vossa Excelência.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência permite um aparte, Senhor Deputado?

O SR. HEINZ HERWIG - Seu informante, infelizmente, chutou muito alto e mau. Multiplicou por quase quatro o valor da obra.

Aqui no Paraná, Deputados, no setor de transportes, sempre existiu seriedade no trato da coisa pública. Aqui nunca houve necessidade, ao contrário de outros Estados, de pagar alguma coisa por fora para contratar, medir ou receber faturas. Existem centenas de firmas que podem atestar isso. Aqui, Senhores Deputados, os preços máximos sempre foram fixados pelo órgão público e não pelos empreiteiros, e os preços unitários dos diversos serviços, sempre foram iguais para todas as obras. É por essa razão, inclusive, que as grandes empreiteiras do Brasil nunca se interessaram muito em vir ao Paraná executar obras rodoviárias. E como elas continuam grandes, se deduz que elas puderam vender seus serviços em outras praças.

Concedo aparte que foi pedido.

O Sr. Colombino Grassano (Aparte) - Senhor

Deputado, nós estamos ouvindo atentamente o discurso de Vossa Excelência, que bem demonstra o amplo conhecimento que tem da matéria, porque foi um dos Secretários que mais trabalhou neste Estado.

Eu queria, além de cumprimentar Vossa Excelência, que Vossa Excelência incluísse no seu discurso, também uma homenagem das mais justas ao trabalho do Governador Jayme Canet Júnior, que foi o Governador que mais asfalto construiu neste Paraná, durante o exercício de mandato de Governador do Estado. O Senhor Jayme Canet foi um Governador efficientíssimo, de grande atividade administrativa, que deixou uma escola de trabalho neste Estado. E Vossa Excelência, continuando o trabalho planejado e programado pelo Governador Jayme Canet Júnior, foi um Secretário eficiente e que merece a nossa melhor consideração.

De modo que nós estamos plenamente solidários com o discurso de Vossa Excelência, registrando tão somente esta participação do Governador Jayme Canet no processo de desenvolvimento da rede, da malha rodoviária do Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Albino Corazza - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. HEINZ HERWIG - Só para complementar.

Quero agradecer o Deputado Colombino por este aparte de muita justiça, porque foi de fato, o Governador Jayme Canet, o Governador que mais realizou pavimentação asfáltica em nosso Estado. Foram mais de 4.000 quilômetros executados só ao longo de seus quatro anos de Governo.

O Sr. Dalto Machuca - Vossa Excelência me concede um aparte?

O Sr. Albino Corazza (Aparte) - Quero cumprimentar, Deputado Heinz, o seu pronunciamento, e testemunhar publicamente que, desde 1983, quando José Richa assumiu o Governo do Paraná - Deni Schwartz era o Secretário dos Transportes, e Vossa Excelência ocupava a Diretoria do DER e nós, como Prefeito de Toledo - tivemos oportunidade de verificar e trabalhar juntos na reivindicação e execução das ligações asfálticas da Região Oeste do Paraná, inclusive a cidade de Toledo à Vera Cruz. E depois, no Governo Álvaro Dias, Vossa Excelência assumiu a Secretaria dos Transportes e iniciou o projeto das rodovias rurais, que também liga distritos, pequenas cidades, onde há produção agrícola.

Quero acrescentar que tenho ouvido o pronunciamento do Governador Roberto Requião, dizendo que passou a época do rodoviarismo. Tenho conversado com o vice-Governador, Secretário dos Transportes, e

nós concordamos que neste início de Governo, neste primeiro ano, se dê, de fato, prioridade à educação, à saúde, e à segurança, mas que logo mais se comece, além de conservar as rodovias, se continue o projeto ligando as cidades que ainda não têm rodovias asfaltadas; os distritos que produzem a agricultura deste Paraná, e se continue a luta para que o Governo Federal cumpra e atenda os seus compromissos com as rodovias federais do Paraná, que algumas estão em situação precária e que precisam de reparos e de manutenção permanente.

Muito obrigado.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência poderá usar o Horário do Partido Liberal para concluir o seu discurso.

O Sr. Dalton Machuca - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento).

Deputado Heinz, eu também gostaria de parabenizar essa sua colocação e os dados que Vossa Excelência levanta a respeito da situação em que o Paraná e o Brasil vivem nas suas rodovias, principalmente quando comparado com países do primeiro mundo, e acho extremamente oportuno esse pronunciamento na data de hoje, inclusive a questão levantada pelo Deputado Corazza a respeito das prioridades na condução do Programa de Governo do Governador Requião.

Vossa Excelência, como Relator da Comissão de Orçamento, muito bem sabe, e na quinta-feira passada levantou a questão da setorização, pela qual a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser conduzida, setORIZADA e principalmente, regionalizada.

Então, eu acho que o momento é extremamente oportuno para que também incluisse no seu discurso, um apelo para que todos os Deputados aqui presente venham a entender a importância desta Legislatura, exatamente na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, onde nós poderemos, então, priorizar a construção de rodovias asfaltadas em nosso Estado, e a recuperação das rodovias que, eventualmente, passam por problemas.

Eu acho que isso é uma questão da maior importância, para nós que fomos eleitos para legislar durante quatro anos, e o Orçamento, sem sombra de dúvida, é um dos instrumentos que mais poder dá ao legislador estadual e ao legislador federal.

Muito obrigado.

O SR. HEINZ HERWIG - Eu agradeço o aparte.

O Sr. Cleiton Kiesel - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento).

Eu parabenizo o Deputado Heinz pela

colocação da necessidade básica de asfalto nas pequenas cidades, e comprovo, estando no domingo na 26.^a Festa da Laranja, em Cerro Azul, o qual é um município que está 10 anos atrasado perante o resto do Estado, por ter 40 quilômetros de asfalto, sendo que é uma cidade que está a 70 quilômetros de Curitiba. E quanto a Adrianópolis, eu pediria a colaboração do representante do partido do Governo Federal aqui nesta Casa, que me ajude junto à Câmara Federal também, para conseguirmos a ligação para Adrianópolis, que está 30 anos atrasada em relação a outras cidades, mesmo sendo a maior produtora de chumbo do Sul do Brasil.

Obrigado.

O SR. HEINZ HERWIG - Eu agradeço.

O Sr. Ernani Pudell - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento).

Apenas para responder a Vossa Excelência, efetivamente, há algum tempo atrás, fizemos uma denúncia na tribuna desta Casa, informando que o quilômetro de asfalto da rodovia Pranchita-Pérola do Oeste, custava 1.000.000 de dólares. Nós fizemos esta denúncia baseados, primeiro, numa informação publicada num jornal do Sudoeste, que comemorava a inauguração, onde constava que, por 14 quilômetros e alguma coisa de rodovia, o Estado havia pago a importância de 3,6 bilhões de cruzeiros. Feita as conversões para o dólar, nós chegamos a um valor de 1 milhão.

Mas, antes de fazermos essa denúncia, tivemos o cuidado e a cautela de requerer ao Palácio Iguaçu, o original do "release" que foi distribuído, portanto, pela Assessoria de Imprensa do Palácio Iguaçu, para chegar aos valores pagos.

Somente depois de ter em mãos esse "release", que comprovava as informações constantes da publicação do jornal, é que nós fizemos essa denúncia, e mais do que isso: Vossa Excelência deve ter percebido que nós, a partir daquela denúncia formulada, apresentamos um Requerimento, enviado à Secretaria dos Transportes, solicitando informações técnicas sobre o processo de licitação e sobre essa obra. Estamos há mais de um mês aguardando que a Secretaria dos Transportes nos envie esta documentação, porque entendemos que os índices, já que, saídos do próprio Palácio Iguaçu, apontavam esses valores que, Vossa Excelência há de convir comigo, são abusivos. Nós estamos no aguardo destas informações oficiais, de todos os contratos, projetos, para colocar em mãos de equipes competentes, para fazer a devida avaliação do custo total da obra, e se realmente ela foi feita de uma forma racional. Af, en-

tão, se nós recebermos essas informações oficiais, Vossa Excelência terá também a oportunidade de saber o resultado dessa investigação que estamos fazendo.

Obrigado.

O SR. HEINZ HERWIG - ...e nós temos conosco a cópia da medição final da estrada, onde se comprova o valor total do trecho. O trecho não é de 14 quilômetros. Tem várias passagens na cidade, acessos, mas nós temos em nosso poder a cópia da medição final onde se demonstra o total do custo dessa obra.

O Sr. Ademar Traiano - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento, acima de tudo pelas colocações que fez com muita propriedade, porque, como Secretário dos Transportes do Governo anterior, do Governo Richa, teve a oportunidade de prestar ao Paraná, serviços relevantes para o desenvolvimento econômico desse Estado, através das obras que fez na Secretaria de Transportes, de forma especial, na nossa região de fronteira do Sudoeste do Paraná, já que se fala dessa estrada, onde se levantam dúvidas com relação ao custo, quero ser solidário à sua pessoa, a Vossa Excelência, porque através das obras lá realizadas, na fronteira Sudoeste do Paraná, pôde se integrar definitivamente ao restante do Estado e ao Brasil, graças ao trabalho desenvolvido por Vossa Excelência como Secretário dos Transportes, e por que não dizer também, louvar a atitude do ex-Governador Álvaro Dias.

Parabéns pelo vosso pronunciamento. Somos solidários e acima de tudo, porque reconhecemos em Vossa Excelência, capacidade e competência.

O Sr. José Tavares - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado Heinz? (Assentimento).

Eminente Deputado, também para parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento e destacar o grande trabalho realizado nesses últimos anos, sobretudo quando Vossa Excelência esteve ora à frente do DER, ora à frente da Secretaria dos Transportes.

Todos sabem que eu sou Deputado pela região de Londrina, Norte do Paraná, de onde Vossa Excelência também, politicamente é oriundo e o quanto o Governo Richa e o Governo Álvaro Dias fizeram por aquela região e porque não dizer também, o Governador Jayme Canet, mas mais especificamente os dois Governadores do meu partido, porque pude conviver como Deputado, e Vossa Excelência é testemunha, das inúmeras vezes em que me dirigi ao seu gabinete,

pedindo, implorando, muitas vezes, por estradas da nossa região e, justiça seja feita, Vossa Excelência sabe mais do que ninguém. Na nossa região hoje, é muito difícil encontrar um lugar onde a ligação asfáltica não tenha sido concretizada.

Realmente, neste aspecto, nós do PMDB, Vossa Excelência hoje do PSDB, nós temos que nos orgulhar do governo que nós realizamos. Eu, por exemplo, sempre tive por Vossa Excelência, um profundo respeito e uma grande admiração pela sua capacidade, pela sua seriedade e pela objetividade com que tratava das questões que nós Deputados, levávamos à sua Pasta. Mas também acho que é oportuno deixar aqui, eminente Deputado a posição do Governador Roberto Requião, quando ele diz que "chegou o fim do rodoviarismo", ele não quer dizer que não serão construídas estradas no seu governo. Absolutamente. Ele está dizendo que no momento, em razão dos altos custos, e da excelente estrutura rodoviária, graças a essa história que Vossa Excelência narra, o Paraná não tem no rodoviarismo a sua prioridade, e sim na saúde, na educação, na agricultura, na segurança e também, nas áreas sociais. Por isso, quando o Governador Requião, se refere ao rodoviarismo, ele se refere desta maneira, não agora, mas na frente sim, agora, desde este momento, a partir deste instante, quando ele fala em rodoviarismo, ele não se esquece de dizer que a conservação dessa malha rodoviária, também faz parte da sua prioridade de governo, porque ele tem consciência de levantamentos que a Secretaria dos Transportes realizou, de que pela malha rodoviária do Paraná, sobretudo construída nesses últimos anos, o seu governo tem uma grande responsabilidade na sua conservação e Vossa Excelência sabe melhor do que eu, porque é técnico nesse setor. A conservação, dependendo do trecho, dependendo da sua circunstância é tão cara quanto a execução de uma obra nova.

Portanto, eminente Deputado, a escassez de recursos fez com que o Governador Requião deixasse para um segundo plano, as obras rodoviárias novas, mas não a conservação da atual malha rodoviária.

Já que Sua Excelência tem a consciência de que o Paraná é um dos Estados melhor dotado de infra-estrutura rodoviária, graças a Governadores como estes que aqui citamos, e a Secretários como Vossa Excelência.

O Sr. Toti Colaço - (aparte)- Eu queria cumprimentar o ilustre companheiro Heinz pelo pronunciamento e pelo detalhamento que nos trouxe nesta tarde, no que diz respeito às estradas do nosso Paraná.

Mas, não poderia, companheiro Heinz e

ilustres Deputados que já me antecederam, não poderia deixar de registrar, neste aparte, aquilo que nós, da região centro-sul do nosso Estado, ainda estamos aguardando.

Temos aqui representantes, colegas nossos, Deputado Annibelli, Deputado Rossoni, que são nossos companheiros de Ponta Grossa, nós ainda não conseguimos chegar a Inácio Martins, muito bem lembrado por Vossa Excelência, por uma via asfaltada. Não se liga São Mateus do Sul, uma rodovia importantíssima para o desenvolvimento do Paraná, ligando Irati e automaticamente o Norte e o Estado de São Paulo, e assim por diante. Guaraji a Teixeira Soares, um trecho de 25 km, que nós também estamos aguardando. E a nossa tão decantada e famigerada 153, que Vossa Excelência tem debatido junto conosco, no trecho de Irati e Imbituva. São 28 km.

Deixar registrado aqui, ilustre Companheiro Heinz, tão somente, porque do contrário, quem cala consente. Se eu disser que está tudo bem na minha região, com os asfaltos, eu estaria concordando com a inexistência destes asfaltos na nossa região. Quando o Governador Requião tem colocado, que tirou o pé do acelerador dos asfaltos, aquilo que dá um arrepio.

Eu tive oportunidade, de recentemente, junto com mais oito ou nove Deputados, quando ele colocava as suas prioridades, mais uma vez, na educação, na saúde, na segurança pública, e assim por diante, eu falava e questionava: "Senhor Governador, e as nossas estradas"?

E ele me deixou contente. Ele disse: "Olha, a partir do ano que vem nós vamos atender quatro regiões, onde a sua região será contemplada".

Então, eu estou no aguardo, ilustre Deputado Heinz. Espero poder contar com a sua participação, na elaboração do orçamento, principalmente, com as nossas estradas lá do centro sul do Estado do Paraná.

Muito obrigado pelo seu aparte e os meus cumprimentos pela grande tese que levantou nesta tarde de hoje.

O SR. HEINZ HERWIG - Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, esperamos que nossos legisladores e governantes vejam com responsabilidade a manutenção deste patrimônio nacional, que são as nossas estradas.

E encontrem o equilíbrio e o bom senso para elegerem as prioridades que nosso Estado e que nosso País precisa.

Obrigado.

O Sr. Rafael Greca de Macedo. (aparte) - Ao felicitá-lo pela oportuna intervenção feita na tribuna desta Casa, neste discurs-

so histórico, eu também quero acreditar que o Paraná não se pode dar ao luxo de substituir a sua malha viária por quilômetros de vídeo rodado ou exibido pela Secretaria de Comunicação Social do Palácio Iguazu.

A minha visão, Senhor Deputado e Senhores Deputados, é a de que esta Assembleia, por ocasião da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias tenha a obrigação de sinalizar em relação ao Palácio Iguazu, quanto a este importante problema das rodovias.

Vale ainda uma vez, o exemplo de Curitiba. No último sábado, nós inauguramos uma perimetral que une 14 bairros da Cidade. Fizemos a união de vários segmentos de rua que já estavam, definitivamente, consolidados e pavimentados. No entanto, é uma obra inteira esta perimetral dos bairros, que tira, por exemplo, do bairro da Vila Pinto o caráter de gueto dos muitos pobres, miseráveis, dos que são propriedades só minha, porque não têm comunicação com o resto da cidade, caráter esse que os demagogos muitas vezes querem dar, quando mantém a favela isolada do resto da cidade.

Então, na minha visão, o desabafo do Deputado de Irati, vale para todas as regiões do Estado. E nesse sentido eu fiz com o meu pai, que é um engenheiro rodoviarista histórico, um plano rodoviário para o Paraná que mostra que o aproveitamento dos vários segmentos de estradas pode permitir a criação de grandes diretrizes que levam o Paraná para frente.

Nós não aceitamos que o Governador use essa idéia de fim do rodoviarismo como máxima do Governo. Não aceitamos como paranaense e não aceitamos porque, como Sua Excelência bem diz: "É irresponsável abandonar a malha rodoviária do Estado," seja por qualquer discurso que for!

O SR. HEINZ HERWIG - Muito obrigado.

De fato, o rodoviarismo parece que virou um palavrão, a partir de uma certa época, parece que todos os males da nossa população hoje é culpa das estradas, quando é ao contrário, nós conhecemos o Paraná muito bem, por força da nossa profissão, tivemos que visitar todos os municípios do Estado e sabemos muito bem o quanto foi bem-vinda a construção das estradas pavimentadas, simples às vezes, na maioria das vezes bem simples, estradas sem acostamentos, com custos bem menos elevados das que existem por aí, mas que tenho certeza, trouxeram benefícios muito grandes à população paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a Deputada Emília Belinati.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Heinz Herwig pelo seu pronunciamento, e dizer que não é só o rodoviarismo que parece palavra, as Universidades Estaduais hoje representam palavras.

O que nos traz a esta tribuna é a preocupação com a crise das Universidades Estaduais do Paraná, que a cada dia se agrava mais.

Temos agora a situação da Universidade de Londrina, que corre o risco de ter os seus bens penhorados para saldar uma dívida trabalhista que chega a 724 milhões de cruzeiros. Dívida esta que vem sendo protelada pelo Governo há mais de 4 anos. O atual Governo já definiu que não vai pagar a conta. Temos a estranhar e lamentar esta atitude. O Governo se comporta como se não tivesse nenhuma responsabilidade no caso.

Além de não pagar esta conta o Governo vem alardeando a toda população que as Universidades Estaduais são caras, onerosas, ineficientes e até dispensáveis, porque não atendem nem as comunidades que as sustentam. (LÊ)

"Nada mais enganoso. Os reitores já se dispuseram, mais de uma vez, a discutir em profundidade os problemas e equívocos das instituições. Mas o Governo insistiu em asfixiá-las, evitando o debate nos termos pretendidos.

Foi assim que pura e simplesmente decidiu que elas devem fazer corte de 30% em seus orçamentos.

Em Londrina, por exemplo, isto é possível, sem nenhuma dificuldade: Basta a Universidade deixar de prestar serviços que são de responsabilidade do Estado. Como por exemplo, na área da saúde, fechando o Hospital Universitário e a Clínica Odontológica; e ainda, não mais oferecendo assistência Judiciária gratuita às pessoas carentes, através do escritório de assuntos jurídicos e encerrando o pró-egresso, assim, a proposta do Governo pode ser atendida, desde agora.

Mas é isto que a comunidade espera da Universidade?

Está passando da hora do governo encarar de forma diferente a situação. Basta a ironia e as frases de efeito, que só se confundem a população.

Como bem disse o Reitor da Unioeste, José Kuiava. "É preciso tornar as Universidades mais competentes e menos perdulárias, coisa que não se consegue pelo "Desmonte", pelos insultos e difamação, mas pela autonomia e pela avaliação de seu desempenho".

"Ensino superior também é educação. Engana-se quem pensa que qualificará o ensino básico desqualificando o ensino superior".

O debate pressupõe menos propaganda e novos compromissos. Esperamos que o Governo empunhe esta Bandeira, afinal, os Governos passam e as instituições permanecem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Aproveitamos para registrar, também, a boa acolhida do requerimento aprovado por este plenário, terça-feira passada. E que foi entregue ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Paraná, Alcides Munhoz, solicitando urgência nas providências para que os aposentados e pensionistas do Estado recebam pelo menos um salário mínimo. É o que dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 201, parágrafo 5º.

Temos a informar que a Procuradoria ajuizou ação civil pública, requerendo a garantia deste direito, através do Procurador Dilton França.

A expectativa é que o Juiz da 4ª Vara da Justiça Federal no Paraná, Wellington Mendes de Almeida, se pronuncie ainda hoje sobre o pedido. Esperamos que a exemplo do que já aconteceu em outros Estados, a Justiça Paranaense conceda a liminar para que o INSS regional passe a pagar aquele benefício, conforme determina a constituição.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

A Região Oeste do Paraná conta com apenas um grande hospital público que abrangem e atende cerca de 52 municípios de nossa Região. O Hospital Regional de Cascavel serviu como um dos grandes cabos eleitorais do PMDB nas últimas eleições. Comemorou-se a conclusão com muitos fogos de artifício e muita propaganda.

Todavia, sobre o Hospital Regional de Cascavel pesam denúncias graves, desde sua conclusão. Denúncias estas que nos dão conta da utilização de recursos deste Hospital em campanha eleitoral.

Mais do que isto, já há muito tempo o Presidente da Associação Médica do Paraná, vem fazendo denúncias no sentido de que o Hospital Regional de Cascavel consumiu dez milhões de dólares em equipamentos. Equipamentos estes adquiridos exatamente pelo representante da empresa fornecedora. Equipamentos que, segundo se comprovou posteriormente em alguns casos foram excessivos, em outros faltou equipamento, pior do que isso, sob o pretexto de colocar o Hospital Regional de Cascavel sob a administração e fiscalização comunitária se criou no final do ano de 1989 um conselho que era basicamente constituído por representantes do Governo estadual, muni-

cial e das lideranças políticas do partido governista. Portanto, sob a fachada de um Conselho comunitário nada mais se fez do que colocar no controle daquela importante instituição hospitalar praticamente o comando político do PMDB em Cascavel. Após isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados nós que na ocasião como representante da Ordem dos Advogados do Brasil na discussão sobre esse Conselho nos retiramos por perceber a manobra, alertávamos que aquele tipo de composição, comunitária, entre aspas, acabaria na verdade por trazer sérios problemas administrativos para aquela importante instituição. E para o nosso desagrado muitas notícias se confirmaram. O Hospital Regional de Cascavel hoje já sofre denúncia formulada pela Promotoria Pública de Cascavel, em processo que está na Delegacia daquela cidade dando conta de sérias irregularidades na aquisição de equipamentos. Dando conta que equipamentos hospitalares foram adquiridos até quatro vezes no seu preço de custo. Existem notícias de que recursos públicos do Hospital Regional de Cascavel estão sendo aplicados em contas particulares de diretores, e o que é pior, Senhores Deputados, até o presente momento nenhuma atitude séria foi tomada, e o mais grave, os responsáveis por essa situação continuam dirigindo aquele Hospital. Agora, não bastassem essas denúncias nós tivemos o desprazer de tomar conhecimento de que hoje nós estamos frente a uma situação vergonhosa, uma combinação de conivência com malversação dos fundos públicos juntamente com a incompetência, o Hospital Regional de Cascavel hoje tem cerca de 50% da sua capacidade de leitos totalmente ociosa, inclusive com unidades de terapia intensiva desativadas, e a população absolutamente desassistida, por que Senhores Deputados? Segundo nos consta está havendo um processo de demissão em massa de funcionários, além disso, esse hospital hoje não tem mais os equipamentos necessários para sua plena utilização, e o que é mais grave ainda, para a opinião pública tem sido ocultada essa situação, temos conhecimento de funcionários e médicos de dentro do Hospital que denunciaram que a direção do Hospital Regional de Cascavel coloca no quadro de registros pacientes fantasmas, que não existem e deixam os quartos trancados, e a população absolutamente desassistida em seu atendimento médico. É por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós tomamos a liberdade de enviar hoje a esta Casa um requerimento ao Senhor Secretário de Saúde do Estado do Paraná para que intervenha imediatamente no Hospital Regional de Cascavel no sentido de assegurar a sua plena e eficaz utilização em sua capacidade máxima, bem como tomar

as providências enérgicas, firmes e que se fazem necessárias no sentido de apurar as já e de longas datas, denúncias que foram formuladas. Nesse sentido nós pedimos hoje a aprovação desse Plenário para que o Hospital Regional de Cascavel volte a funcionar o mais rápido possível, mesmo porque, como já disse a Vossas Excelências, o Hospital Regional de Cascavel atende hoje 52 municípios na região Oeste do Paraná, e é o único hospital público importante em toda aquela vasta região.

Era isso. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje para fazer um alerta aos Senhores Deputados ao não cumprimento do Regimento Interno no seu Artigo 183.

Já há dois meses apresentei um projeto de lei complementar que trata sobre o assunto de transporte coletivo intermunicipal. No dia 15/05 apresentei um requerimento em regime de urgência, foi aprovado por esta Casa por unanimidade; no dia 27 reapresentei o pedido, foi aprovado por esta Casa, só que até hoje não se tem notícia que sequer o primeiro parecer tenha sido dado pelo relator responsável designado pela Comissão de Constituição e Justiça. Passaram-se dois meses e o Artigo 183 não é cumprido e não é lembrado. No entanto, tenho me encontrado nesses corredores com alguns dos donos do privilégio e donos do monopólio de transporte coletivo de passageiros do Estado do Paraná. Só que o usuário do transporte coletivo, e especialmente o trabalhador, que precisa do ônibus para ir e vir do seu trabalho, continua usando o ônibus que é imposto pelos donos do monopólio e donos do privilégio antigo. O Estado por sua vez, que é o poder concedente, tem que seguir o regulamento feito alguns anos atrás e que por certo não feita a concorrência pública necessária, privilegiando assim a qualidade e o melhor serviço do transporte coletivo de passageiros.

Este assunto, na legislação passada, foi tema de debate aqui, por incrível que pareça, estes quatro ou cinco privilegiados conseguiram influir na legislatura passada e a nossa iniciativa não teve sucesso.

Hoje, estamos aqui de volta com um projeto de lei complementar que acreditamos na nova bancada que compõe esta Assembleia, porque acreditamos em um novo tempo, um tempo de verdade, de sinceridade, um tempo em que aqueles que recebem o voto do povo tenham um compromisso com o povo

para defendê-lo e não atender ao telefone - ou à visita de proprietário de ônibus que tem o seu privilégio de explorar um setor de grande lucratividade e que, a grande maioria das vezes, investe em outro setor da economia e não investe no enriquecimento, na qualidade do seu ônibus para que o trabalhador que paga caro pelo preço da passagem possa ser beneficiado.

Queremos conchamar aos Senhores Deputados para que se alertem neste assunto, para que saibam que a população que deseja ir ao litoral do Paraná tem que ir pela Graciosa e se ela não atende direito é por ela mesma que ele tem que viajar; que os ônibus já estão bastante altos, que as paradas de ônibus são as mesmas há quase cinquenta anos; se deseja um cidadão comum viajar à Londrina, tem que viajar pela Garcia ou por alguma empresa subsidiada pela Garcia; se deseja um cidadão viajar à Cascavel ou à Foz do Iguaçu, viaja pela Sulamericana porque não tem o direito de escolher pagando a sua passagem. O privilégio nesse setor no Estado do Paraná é gritante e a concorrência pública se faz necessária e o novo regulamento, mais do que nunca, é urgente e oportuno que seja feito por esta Bancada, por estes Deputados eleitos pelo povo.

Esperamos o cumprimento do Regimento Interno para que a população, em última análise, seja a beneficiada disso.

Não queremos receber em nosso gabinete empresários portadores de nenhuma mensagem porque entendemos que a concorrência pública estimula a qualidade de serviço e é neste caminho que nós vamos perseguir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

A fim de que conste nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado, eu vou proceder à leitura de um artigo escrito pelo jornalista José Hamilton Ribeiro e publicado no maior Jornal da América Latina.

O título é: (Lê)

NÃO QUERO SER DEPUTADO

TRABALHA MUITO E GANHA MUITO POUCO!

José Hamilton Ribeiro

Toda vez que fui Editor-Chefe (de TV) ou Chefe de Redação (em jornal ou revista) e que me coube dirigir a pauta, sempre olhei com muito pé atrás toda iniciativa de fazer matéria contra algum Parlamentar. Fosse ele Federal (Câmara e Senado), Estadual ou Municipal (Vereador).

Tive sempre, e instintivamente o maior respeito por quem - como os Parlamentares - precisam do aval do povo para manter o

seu emprego. Quantos juizes, generais, executivos de multinacionais, donos de jornal, "tycoons" de tevê, marechais de rádio - quantos deles manteriam o seu poder (muitas vezes exercido de forma arrogante) se precisassem, de tempos em tempos, prestar contas ao povo e ser reafirmado no cargo?

É uma pauta fácil de fazer matéria para meter o pau em Deputado, Senador, Vereador, dizendo principalmente que eles ganham muito, têm carro com motorista e não fazem nada. É o tipo de pauta de chefe de reportagem medíocre (incapaz de pensar em assunto melhor) ou então - como é o caso mais freqüente - de "encomenda" do patrão, para desviar a atenção do povo para o crime e o roubo, que geralmente são feitos longe dos Parlamentos.

Uma outra coisa que me leva, também instintivamente, a ver com bons olhos os parlamentares - é o fato de que eles pertencem ao mais fraco dos poderes, o Legislativo. O Executivo tem canhões e, principalmente, dinheiro - para amedrontar ou acalantar os meios de comunicação. O judiciário tem o poder de prender ou pelo menos de incomodar os poderosos, na hora de uma sentença, de uma diligência, ou até tão-somente de uma ameaça.

E o Legislativo - de que dispõe para afrontar e pôr medo no patronato e nos Meios de Comunicação?

O Brasil é um País atrasado, e daí nos advém, entre outras desgraças, o desconhecimento do mecanismo da democracia, e a importância da representação política. Por que Fulano de Tal é Deputado? Quem fez de Sicrano da Silva Senador? Fulano é Deputado, Sicrano é Senador - porque eu, meu irmão, meu vizinho, o filho do pedreiro, a sogra do vigia, todos nós - achamos que ele era o melhor, que merecia assumir o lugar de nosso Representante, porque sua história e seu passado fizeram dele um líder, um chefe, um homem de bem.

Muito bem: após a eleição, após toda a angústia, o sofrimento e a despesa de uma eleição - vem um jornal e começa a tratar o Representante do Povo como se ele fosse um desqualificado. Que é isso senão um desconhecimento, uma ignorância, uma incontida má-intenção em relação à Democracia? Que é isso senão falta de prática democrática? Será que os donos de jornais, de rádio, de tevê, gostaram tanto da ditadura que, inconscientemente, atacam o Legislativo - como se sonhassem com a volta dos militares e dos a-i-cinco?

Olha, eu sou hoje um jornalista médio, muito longe dos cargos executivos de nossos grandes jornais e emissoras de tevê. Mesmo assim, salário por salário, eu não troco o meu, pelo de um Deputado Federal.

Além de ser obrigado a ter duas casas -

(uma no Estado, outra em Brasília), de gastar uma nota com presentes de casamento e batizado, de ser obrigado a andar sempre bem vestido e dar gordas gorjetas - ainda tem essa desvantagem de, mal começou um mandato, já ir pensando em como não perder a próxima eleição... E de viver o tempo todo como uma vidraça na mira do estilingue de qualquer moleque. Não há dinheiro que pague!

Olha, eu respeito um Deputado, um Vereador, um Senador.

A Nação depende dele, a Democracia depende dele - e não há substituto para a Democracia. Ou é Democracia, ou é indignidade.

Por isso eu fico realmente uma fera quando sei de um Deputado, de um Vereador, de um Senador - que não honra o seu mandato. Que se vende. Que se mete em negociações. Que envergonha a instituição e o País.

Eu sei que a maioria absoluta de nossos Parlamentares é de gente honrada, são os melhores homens de nosso País. Entre seus deveres - que não são poucos, nem leves - está o de vigiar a sua casa, e não deixar que os maus fiquem soltos e livres para fazer sujeira e manchar a fama da espécie inteira.

O autor é jornalista e vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

Transcrito do Jornal "Momento Legislativo" da União Parlamentar Interestadual - UPI". (Termina de ler).

Senhor Presidente, eu quero advertir Vossa Excelência que se prepara uma moletagem contra os Deputados nesta Casa... (TÉRMINO DO TEMPO).

Eu continuo no Horário da Liderança.

Projeto de resolução que tem que passar pelo crivo da Comissão Executiva pretende reduzir de sete para três justificativas as faltas dos Senhores Deputados. É mais um moleque jogando pedra na vidraça do Poder Legislativo, porque nós sabemos que existem Deputados que têm bases no interior, que precisam sempre estar, permanentemente estar a serviço dos seus municípios; é uma ponte caída, é uma estrada, como bem falou o representante de Irati nesta Casa, é uma concentração do Governador com representantes da Região, são internamentos que precisam ser feitos, são trabalhos que precisam ser executados nas Secretarias, e o Deputado não pode estar aqui ouvindo baboseira todo o dia. Tem outro Deputado que chegou ao desplante de dizer que vai apresentar uma emenda, como se ele fosse um bedel de escola, a esse mesmo projeto, no sentido de que o Deputado que não esteja presente à sessão não

Curitiba, segunda, em 10.06.91

teria votado os seus requerimentos, as suas proposições. Ora, isto é uma desmoralização, é a pretensão de desmoralizar ainda mais um Poder, um Poder que tem sido o mais injustiçado em toda a história da democracia brasileira. E que é paradoxalmente a garantia da democracia, porque se não existir o Poder Legislativo, fraco como é, sujeito a ataques de todas as naturezas, a democracia não se faz plenamente em nenhum País do mundo. Em outros países os Parlamentos são respeitados. Aqui, principalmente aqui no Paraná, elementos do próprio poder procuram fazer média com a imprensa, todo o dia apresentando um projeto que visa desmoralizar o Poder Legislativo.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Quero parabenizar Vossa Excelência pela brilhante colocação que faz em relação à defesa deste Poder Legislativo. O Poder Legislativo ele será sempre permanente e nós não seremos perpétuos no Poder. Nós temos um tempo que passaremos e deixaremos registrado nos Anais desta Casa a nossa conduta, o nosso comportamento e a nossa responsabilidade com o nosso povo, o povo do nosso Estado.

O que é lamentável, ilustre Deputado Erondy Silvério, é que nós pregamos um Poder forte, um poder não constituído por Vossa Excelência nem pelo Deputado Dirceu Manfrinato, mas pelas suas prerrogativas. É lamentável que venham a este Poder pessoas também escolhidas pela população, pelos eleitores do Paraná e que ao invés de vir com a intenção de defender as causas públicas do nosso Estado, talvez pela incompetência e talvez por não ter responsabilidades pelas bases eleitorais, procuram se projetar, desmoralizando a própria Casa em que convivem. Eu confesso a Vossa Excelência que 24 horas por dia seria pouco e insuficiente para darmos atendimento as nossas bases eleitorais. Esses que não têm bases eleitorais, que vieram de uma eleição, talvez nem sei a colocação...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Não interrompendo

Vossa Excelência, mas aqueles que se elegem contando mentiras nos programas de rádio, aqueles que fizeram da mídia o seu palanque eleitoral, aqueles que têm sindicatos por trás de um partido, de uma organização partidária, têm sindicatos, aqueles que têm o seu mandato praticamente garantido é que pretende que o Deputado esteja aqui todos os dias nesta Casa sem tratar dos interesses dos seus Municípios.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Perfeitamente.

Inclusive, às vezes eleitos por um descuido até, que eu diria isso.

Então, aqueles que querem que nós tenhamos que ficar aqui cumprindo a nossa determinação no plenário, nós achamos isso justo. Mas temos também as nossas responsabilidades com as bases eleitorais, cidades que comemoram o seu aniversário, que fazem questão da presença do representante na área do Estado. Então, nós achamos que até nós poderíamos que essas formas e essas colocações nós poderíamos admitir que são Deputados primários, e que achamos que haverá de existir um amadurecimento maior daqui para frente e que eles sintam uma responsabilidade que nós temos no nosso mandato.

E eu faço essa posição desse projeto que exige a permanência, todos os dias aqui, como demagógica porque o Deputado não é só presença na Sessão, mas ele tem tantas e tantas responsabilidades que faz da função e do cargo que ele ocupa.

Eu parabenizo Vossa Excelência, sou solidário a Vossa Excelência e estarei, na medida do possível, atendendo aqui o que determina a Constituição do nosso Estado e também estarei atendendo a população dos prefeitos com quem tenho grande responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. E volto novamente a lembrar a Comissão Executiva que tem uma responsabilidade na condução dos trabalhos da Casa, e que foi votado um Regimento ainda há poucos meses que define perfeitamente qual seja a função do Deputado, a quantas sessões ele pode faltar, quantas são justificáveis, quantas não são justificáveis, porque o largo exercício do mandato parlamentar, principalmente do Presidente desta Casa nos trouxe a experiência, a experiência válida de que o Deputado não atua somente no plenário: o Deputado atua nas comissões e também atua junto às Secretarias de Estado, porque se não for esse o trabalho dos Senhores Deputados os nossos Prefeitos ficariam órfãos, ficariam à míngua com a obtenção dos recursos do Estado.

É possível que alguns não compreendam isso, mas é a realidade da política brasileira, não só paranaense. Sem o atendimento aos Municípios, eu repito novamente, quando há um acidente, cai uma ponte, o Prefeito imediatamente passa a mão num telefone e liga: "Deputado, por favor vá até a Secretaria tal porque eu estou com uma parte do município ilhada, sem comunicação porque caiu uma ponte, destruiu um trecho de estrada". O Deputado, indo a uma Secretaria, é evidente que não pode comparecer à sessão, mas lá está prestando um serviço

comunitário, tão ou mais importante se ele estivesse aqui no plenário da Casa. Por isso eu espero que a Comissão Executiva dê o parecer contrário a este projeto de resolução.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em defesa dos Parlamentares que são radialistas, eu quero deixar a posição aqui de que não aceitamos, a não ser que o Deputado Erondy Silvério nomeie os Parlamentares, porque é muito fácil criticar Deputados radialistas...

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Regimento Interno não foi violado em nenhum momento e eu não ofendi nenhum radialista.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vossa Excelência falou radialista demagógico.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência tem se comportado nesta Casa como um bedel de escola. Esse que é o comportamento de Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO - Cumpro com a minha obrigação como Parlamentar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência é um bedel de escola.

O SR. ALGACI TÚLIO - Fica na sua posição. Eu sou um Parlamentar que venho aqui cumprir com a minha obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, nobres Parlamentares.

Com todo o respeito que eu tenho pelo Deputado Erondy Silvério, eu também gostaria que ele nominasse os Deputados radialistas que ganharam a eleição com mentira porque eu não me coloco neste contexto e acredito que foi atingido não só o Deputado Algaci Túlio, como o Deputado Luiz Carlos Martins, o Deputado Alborghetti, o Deputado Simões, porque todos são radialistas. Então eu gostaria que o nobre Deputado Erondy Silvério quando se referisse a radialistas mentirosos, os nominasse, porque não me considero um radialista mentiroso e nem considero nenhum dos meus pares, radialistas desta Assembléia, mentirosos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu não falo em nome do Senhor José Eduardo, não falo em nome do BAMERINDUS, mas falo em nome do povo do Paraná, porque - não digo todo o povo do Paraná, mas uma grande maioria do povo do Paraná - consi-

dero um desrespeito para com o banco do povo do Paraná. Com a publicidade que o governo do Paraná está mandando publicar em jornais, na televisão e nas rádios. Acho que é um caso para consultar o Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária. Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu vos indago quanto custa isso que o Governo manda publicar nos jornais, quanto custa o que vai pelas rádios. Não sou contra a publicidade oficial, eu não sou contra. Sou contra pela maneira anti-ética e desrespeitosa com que o Governo trata a iniciativa privada.

Senhores Deputados, é uma aberração o que está acontecendo, envergonha o povo paranaense ter que assistir na televisão, onde o Governo do Estado banca uma publicidade caríssima para poder jogar pedra numa empresa privada. A Assembléia não pode ficar de olhos fechados frente a esse atentado ao povo paranaense. Custa muito dinheiro. Enquanto o Governo fecha a torneira para a educação, fecha torneiras para a saúde, para a assistência social, joga-se milhões e milhões em publicidade, tentando denegrir a imagem de um homem, que é o Senador do Estado do Paraná. Não trabalhei para o Senhor José Eduardo, não trabalhei para esse Senador, não trabalhei, mas acho que é um desrespeito para com a iniciativa privada o que o Governo do Paraná está fazendo.

Requeiro, através deste Poder, para que o Governo do Paraná informe à Assembléia, o quanto tem gasto do dia 15 de março para cá. Quanto o BANESTADO gastou? Quanto a Secretaria de Comunicação Social tem gasto? Quanto o gabinete do Governo tem gasto nos órgãos de comunicação?

Senhor Presidente, eu fico pasmo quando vejo a televisão colocar uma publicidade anti-ética. Isso é caso do CONAR. Nunca vi isso. É um desrespeito para com o povo do Paraná. O Banco do Estado é um banco do povo e nós não podemos aceitar isso. Que o Governo remeta resposta imediata, porque essa publicidade, Senhores Deputados, extrapola as fronteiras do Estado do Paraná, vai para fora, num trabalho único e exclusivo do Governo tentando agredir a pessoa física do Senador José Eduardo e utiliza-se dos cofres públicos para fazer esse trabalho, esse papelão frente ao nosso povo, frente ao Estado do Paraná.

Eu não poderia deixar de protestar nesta sessão, contra este trabalho que desmoraliza o serviço público, que joga fora o dinheiro do povo do Paraná, veiculando publicidade depreciativa, anti-ética e desrespeitosa. Que esta Assembléia remeta um ofício a ele, porque nós temos um poder fiscalizatório, solicitando que pare imediatamente com esse trabalho e que se coloque um trabalho publicitário que en-

grandeça o banco do povo do Estado do Paraná, que é o BANESTADO e que não se tente denegrir a imagem de um Senador, utilizando-se do dinheiro dos paranaenses.

Solicito a Vossa Excelência que remeta esse requerimento, após apreciação do Plenário, para que a Assembléia demonstre ao povo do Paraná, que não está conivente e que não aceita esse tipo de baixaria nos meios de comunicação do nosso querido Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças. Consultemos à Liderança do PT se deseja fazer uso do seu Horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

O artigo lido pelo Deputado Erondy Silvério realmente é um artigo verdadeiro, desde que interprete-se a ironia do jornalista ao escrever. Inclusive, ele conclui que a maioria, ou seja 50% mais um, que é maioria absoluta, realmente é honesto. Ou seja, 50% mais um.

Poderíamos dar várias interpretações àquele artigo. Ao se referir ao decreto de resolução apresentado pela Bancada do PT, como o desconto dos ausentes, nós queremos dizer que não é isto o que desmoraliza o Poder Legislativo.

Cita o Deputado que outros países têm o Legislativo respeitado. Justamente, o Legislativo é respeitado porque nestes países homens que são respeitados não vão para a tribuna chamar outros de "moleques", como fez o Deputado aqui nesta tribuna.

O Parlamento, em outros países é respeitado porque homens, depois de eleitos por partidos, jamais mudarão de partido, jamais trairão seus eleitores. O que não é comum em nosso País. Aqui, rapidamente se "bandeia" para outro Partido. A que preço, a que custo, só sabe aquele que se vendeu, porque ele não passa recibo, porque ele não dá nota promissória. E provavelmente também não se vende fiado, para não ficar registrado em cartório o preço deste fiado.

O Parlamento, em outros países, é respeitado, porque depois de eleitos, os eleitores são respeitados. E os parlamentares não fazem o que aqui no nosso País, o Brasil, é feito. Dizer que há ausência de um Deputado porque a ponte caiu, que eu saiba não é papel de Deputado erguer a ponte. E o Prefeito, ao contrário de ligar para o Deputado, ligue ao órgão competente, ou seja, ao Poder Executivo, porque é

ele quem tem o poder de executar.

Diz o jornalista, no seu artigo, de que tem que dar presente. Isto, todo e qualquer cidadão que quiser o faz. Não é obrigação e nem função de Deputado.

Portanto, eu acredito muito mais que o Deputado Erondy Silvério leu e não entendeu. Este é o problema de muita gente que se diz alfabetizada. Pensando que alfabetizar é simplesmente ler, sem compreender o que leu.

A função do Deputado é uma coisa que tem que ser debatida. É uma coisa que tem que ser aprofundada. Não é erguer ponte. Não é construir asfalto. Não é ficar fazendo favores. É legislar. É fiscalizar. E eu não acredito que Deputado que se "bandeja" para outro lado, serve para fiscalizar qualquer órgão, desde o momento em que ele se "bandeou" para o lado daquele outro Partido.

Eu vou conceder aparte, pelo tempo limitado de um minuto para cada um dos Parlamentares que o solicitou.

Deputado Erondy Silvério, primeiramente, porque senão ultrapassa o tempo.

O Sr. Erondy Silvério (Aparte) - Neste minuto eu quero dizer a Vossa Excelência que eu não sou analfabeto. Isso eu não precisava nem falar. Entendi perfeitamente o que li. E no outro minuto eu quero dizer a Vossa Excelência que Vossa Excelência não tem o mesmo problema que os outros Senhores Deputados. Por isso é que Vossa Excelência enfatiza tanto o fato do Deputado não atender o seu prefeito. Vossa Excelência fez uma eleição, chegou a esta Casa com uma votação um pouquinho superior a de um Vereador, fazendo "baderna" e fazendo greve em porta de repartição pública. Por isso, Vossa Excelência chegou a esta Casa. Ao contrário dos outros Senhores Deputados, que têm um trabalho sério prestado às comunidades do interior.

O Sr. Ernani Pudell (Aparte) - Deputado Rosinha, é preciso, quando se critica algumas posições, alguns pronunciamentos, antes de mais nada é necessário "olhar para o próprio rabo". Eu por exemplo, fui apoiado por amplos setores do movimento sindical dos trabalhadores e tenho muito orgulho disso, tenho orgulho porque quem sabe da nossa luta, no nosso Município nós derrotamos máquinas eleitorais poderosas, grupos econômicos poderosos. E eu tenho profundo orgulho disso!

E é certo que grande parte dos votos que nós tivemos, inclusive do companheiro Rosinha, vieram do apoio da militância gratuita e espontânea de companheiros que acreditam nas propostas do PT e acreditaram em nós, Deputados da Bancada do PT.

Agora, o artigo que o jornalista se

refere é muito interessante porque ele conclama os Deputados a combaterem os seus Pares que, infelizmente, acabam por comprometer a imagem deste Poder. Nós, Deputado Rosinha, não ganhamos cartório, não somos concessionários de empresas públicas, a nossa é uma luta franca, uma luta dura que nós sustentamos contra o poder econômico.

Eu acho, modéstia a parte, que nós temos trazido muita dignidade a este Poder. Uma dignidade que nós, quando propomos, por exemplo, desconto proporcional às faltas dos Srs. Deputados, nos parece que isso longe de denegrir a imagem de nosso Poder ela fortalece a imagem de nosso Poder.

Nós sabemos quanto importante a democracia é, e sabemos quanto estrago fazem à democracia aqueles que se utilizam das prerrogativas que a democracia concede, inclusive para não respeitar as opiniões e as divergências que outros têm. Esta Casa só pode ser entendida como espaço democrático exatamente por que ela traz aqui a contradição que existe na sociedade. Ela traz aqui toda a contradição que existe no movimento social. Ela permite os representantes legítimos dos trabalhadores e permite inclusive a representação dos capitalistas de cartório, aqueles que ganham dinheiro sem risco por benesses do Poder.

Muito obrigado.

O DR. ROSINHA - Eu peço escusas ao nobre Deputado, a menos que a Mesa conceda mais tempo para o aparte do Deputado Domingos de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O tempo está ultrapassado.

O DR. ROSINHA - Agradeço a Mesa pela compreensão e digo ao Deputado Erondy Silvério que analfabetismo não é só não saber ler, é compreender o que se lê, e se lutar pela classe trabalhadora é fazer baderna. Aí sim eu serei, porque jamais me venderei ou trairei os meus eleitores que são os trabalhadores que em mim votaram. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PSB.

(Declina)

Concedo a palavra ao PFL.

(Declina)

Concedo a palavra ao PRN.

(Declina)

Concedo a palavra ao PDT.

(Declina)

Concedo a palavra ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente,

Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Hoje queremos prestar uma homenagem a Portugal e ao poeta Camões, porque hoje é Dia de Portugal.

Hoje se comemora no mundo de língua portuguesa o Dia de Portugal e do poeta maior Luiz Vaz de Camões.

Portugal mantém profundos laços com o Brasil.

Laços que se estreitam debaixo da compreensão dos nacionais, dos heróis e dos artistas que vieram e vivem a realidade comum, o espírito e a cultura compartilhados.

Sempre houve, porém, os que preferiram o colonialismo holandês, o espanhol, o francês ou o inglês.

Para estes cabe lembrar os versos do grande poeta, no Canto IX (nono) dos *Lusíadas* (92):

"..mas a fama, trombeta de obras tais,
lhe deu no mundo nomes tão estranhos
de Deoses, Semideoses immortais
Indigetes, Eróicos & de Magnos
Por isso, ó vós que as famas estimais
Se quiserdes no mundo ser tamanhos,
Despertai já do sono ócio ignavo,
Que o animo de livre faz escravo.

E ainda no Canto X (Décimo) estrofe 152:

"..Fazey Senhor que nunca os admirados
Alemães, Galos, Italos & Ingleses
possam dizer que sam pera mandados
Mais que pera mandar os Portugueses:
Tomai conselho só desprimentados
que virão largos anos, largos meses,
Que Posto que em cientes muito cabe
Mais em particular o experto sabe..."

Nós e os portugueses, como povos, somos irmãos na história de afirmação nacional - lá na consolidação do império e conquistas e aqui na formação e independência nacional. No final, em campos diversos.

Isso não nos fez esquecer os laços de cultura, a fraternidade dos povos e o espírito comum que nos aproxima.

Nossa homenagem aos irmãos portugueses. Nossa homenagem especial ao maior poeta da língua, gênio universal atormentado por expressar-se e exaltar a alma da terra e o espírito forte de um povo que enfrentou todas as dificuldades para dar conta de sua missão histórica, que era, ao mesmo tempo, sua realização humana e nacional.

De si, disse o poeta sobre a glória e o infortúnio:

SONETO

Erros meus, má fortuna, amor ardente
em minha perdição se conjuraram;
os erros e a fortuna sobejaram,
que para mim bastava o amor somente.

Tudo passei; mas tenho tão presente

a grande dor das cousas que passaram,
que as magoadas iras me ensinaram
a não querer já nunca ser contente.

Errei todo o discurso de meus anos;
dei causa que a Fortuna castigasse
as minhas mal fundadas esperanças.

De amor não vi senão breves enganos...

Oh! quem tanto pudesse que fartasse
este meu duro Gênio de vinganças!

Os ascendentes paternos de Luiz Vaz de Camões eram galegos.

Orfão de pai ainda novo, foi educado pela mãe - Ana de Sá ou de Macedo, com madrastra com um desses nomes.

Em Coimbra, onde também dizem que nasceu, estudou, obtendo sólida formação cultural. Outros afirmam que nasceu em Santarém, Lisboa ou Alenquer. Aparece ainda que teria simplesmente nascido e vivido às margens do rio Mondego.

Importa que foi espírito irrequieto e brilhante, soldado e homem voluntarioso em suas decisões. Conseguiu o reconhecimento e também o opróbrio e o castigo.

Porém, mais do que tudo foi o grande poeta. No dizer do poeta contemporâneo e crítico literário José Régio:..."Além de épico admirável e portentoso evocador que Os *Lusíadas* manifestam, foi poeta dramático ainda grande, e o maior de nossos líricos..."

E nós, no Brasil, que não alcançamos as letras - senão que apenas uma elite o faz - porque a educação básica e complementar são até privilégios ouvimos seus versos e os deciframos pelo som e pelo sentido. Compreendemos sua grandeza mas nem sempre o compreendemos todo, na sua universalidade e na sua riqueza conceitual sintentizada nos versos.

NOSSA VISÃO HOJE

Sem enganos coloniais, sem devoção piegas ao poder e à sedução das monarquias e às aristocracias que as lendas fazem superiores aos mortais, conservamos ainda forte laços com os portugueses, não por cima do que restou do grande império, de Macau, Timor, Goa, Moçambique, Angola e Cabo Verde, mas apesar do roteiro de opressão e exploração, a que o povo português não responde. Somos povos que se dão, nações que se vêem e culturas particulares que se respeitam, sob um manto espiritual comum, que a língua e a convivência moldaram.

E não nos assusta a lembrança heróica do passado português e dos seus feitos:

"As armas, & os (v) barões assinalados,

Que da Occidental praya Lusitana.

Por mares nunca de antes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana (Ceilão)

Em perigos, & guerra esforçados
Mais do que prometia a for a humana.
E entre gente remota edificação
Novo Reino, que tanto sublimarão."

(No Canto I (Primeiro) - Estrofe 1 dos Lusíadas)

Estes cantos de Luiz Vaz de Camões são dedicados ao povo português, oferecidos ao rei e aos reis que formaram a pátria, homenagem a Vasco da Gama-"...Douuos também aquelle illustre Gama,

Que para si de Eneas toma a fama". (I, 12, 7-8) e a todos os grandes conquistadores que fizeram a glória lusitana.

A grandeza e a universalidade dos versos do poeta - o épico, o lírico e o dramático - como os feitos então civilizatórios e evangelizadores fizeram nossa história comum.

Neste dia consagrado a Portugal e a Camões seja mais fácil entender o que o grande poeta publicou em 1572 do que o político que o está homenageando em 1991. Assim também os feitos portugueses sejam vistos e entendidos à luz da vida e da história, do que da moda cultural que atravessamos.

Seja-me tolerado intercalar que uma das grandes tragédias brasileiras, da incultura e do cosmopolitismo servil, é o chiste debochado, a anedota chula e compensada pela pobreza de espírito, que tem no português seu alvo e em Portugal o escárnio. Fruto da frustração e da incompetência.

Como se nossa grandeza territorial e nossas grandes riquezas não aproveitadas pela incultura do povo e incúria das elites pudessem ainda culpar os conquistadores e colonizadores. Especialmente se eles são um grande povo, de passado hegemônico na Era da Expansão de Fronteiras do mundo europeu, mas vivendo num pequeno e áspero terreno marcado pelos rios Douro, Minho e Tejo.

Saudamos o povo português, seus líderes, heróis e mártires, nesta data, que é luso-brasileira, exaltando seu grande vate Luiz Vaz de Camões, a quem citou Joaquim Nabuco:

"...Foi um accidente providencial que os Lusíadas viesse a lume na véspera da queda da nação. O resultado, sessenta anos mais tarde, foi a revivescência da nacionalidade, quasi illesa, em todos os oceanos, e em alguma parte, como no Brasil, até mais engrandecida.

"Entre 1572, o anno da nascença do Poema, e 1640, quando se deu a restauração, aparecem em Lisboa treze edições..."

Mais do que lições de vida, de cultura

e de história, para amar Portugal é preciso compreender os portugueses.

Porém isso não se dá ao acaso, é preciso ter a alma grande e amar a grandeza e compreendê-la na sua realização histórica.

Talvez a leitura do genial Luiz Vaz de Camões nos aproxime daquele histórico-social em que viveu e resgatou para a posteridade que estamos sendo.

Essa é a senha para viver o nosso mundo, em sua contemporaneidade, sem olvidar nossa história e nossos valores compartilhados com Portugal. Temos ainda longo trecho a percorrer e a vencer. Juntos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Concedo a palavra à Liderança do PMDB. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n. 32/91, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para se ausentar do País por 05 (cinco) dias, a partir do próximo dia 19 do corrente mês, com destino a Buenos Aires e Argentina para tratar de assuntos de interesse do Estado. À CCJ, para atender de acordo com o disposto no Artigo 225 do Regimento Interno.

Ofício DTL/SAT n. 149/91, subscrito pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n. 111/91. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em n. de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora

Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, devidamente apoiado, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde do dia 10 de junho a 25 de junho do corrente mês. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 030/91, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova a Prestação de Contas da CABENFALE, referente ao exercício de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, só para registrar, por razões já ditas na sessão anterior o voto contrário das Bancadas do PT e PSB.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Anotado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sobre a mesa, requerimento 1350, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1369-B, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1366, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 1390, 1389, 1388, 1387, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1360, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Este requerimento informa à Mesa, que independe de discussão.

Requerimento de n. 1367, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Em votação.

O SR. DR. ROSINHA - (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Este documento somente depende de votação, ele não entra em discussão.

O SR. DR. ROSINHA - Então eu quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - (Para encaminhar). Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Este requerimento, solicitando regime de urgência ao processo de transformação das fundações e autarquias, no entender da Bancada do Partido dos Trabalhadores não deve ser aprovado. A razão, no nosso entender é pelo valor, pelo grande envolvimento que existe nesta questão de inúmeras fundações, cada uma com características diferentes. Se nós aprovarmos este requerimento em regime de urgência não teremos tempo suficiente para analisar no que implica essas transformações.

Qual é o número de fundações? Coloca sob o mesmo guarda-chuva todas as leis que criaram fundações sem citar sequer essas leis abre um processo de que é necessário um aprofundamento no sentido de que todas essas fundações passarão a ter cargos como sendo de confiança. Não dá, no nosso entender, num curto espaço de tempo, para fazer toda a discussão a respeito dessas fundações.

Portanto, nós achamos e conclamamos todos os Senhores Deputados a que façamos com que esse projeto transite regularmente como assim tem feito e que nesse tempo passamos debater quais são todos os envoltórios e todas as questões que vão mexer nessa transformação; faça com que nesse período chamemos toda a sociedade organizada, as direções dessas fundações, os trabalhadores dessas fundações e possamos debater para ver o que implica nessas fundações.

Nós sabemos que o caráter de uma fundação educacional não é o mesmo caráter de uma fundação como a questão dos Institutos como o IAPAR e o IPARDES. Sabemos, por exemplo, que a USP é fundação, é uma autarquia, mas uma autarquia especial e o que se propõe é transformar, simplesmente, em autarquias as fundações educacionais do Estado do Paraná sem entrar na questão de que tipo elas serão. Isto não dá para fazer rapidamente, em um toque de caixa. É necessário aprofundar o debate, aprofundar a discussão. É necessário que saibamos o que vamos votar porque se quiser fazer rapidamente nós podemos correr o risco de cometer erros.

Então, no sentido de tentar evitar erros é que a gente pede aos Senhores Parlamentares que votemos contra o regime de urgência para que possamos ter tempo de analisar tudo.

Obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Eu quero fazer um apelo à Bancada do Governo no sentido de que retire este requerimento. Nós entendemos que a complexidade da matéria que está envolvida, que vai mexer com toda a vida funcional das universidades, toda uma estrutura de representação, toda uma conquista histórica, até de democratização dessas universidades, todos os estatutos que foram, exaustiva e democraticamente constituídos, nós iremos numa "canetada" numa "penada" em um Projeto singelo, por demais simplificado, possivelmente se aprovado na forma original como está, trará danos terríveis a essas instituições de ensino superior.

Todos nós sabemos da importância da discussão, estamos percebendo a complexidade, as dificuldades do Governo do Estado em relação às universidades, mas achamos que este debate tem que ser exaustivo, que tem que, realmente, ir a fundo nesta questão, temos que ouvir todas as partes envolvidas para que os próprios Deputados tenham elementos necessários para tomarem uma posição lúcida, que tenham consciência da profundidade da sua decisão. Neste sentido, nós estamos fazendo um apelo para que esse projeto tramite normalmente, para que este debate possa se efetivar; nós já tivemos um debate preliminar na Comissão de Constituição e Justiça e tenho certeza que nós deveremos aqui promover um amplo fórum de discussão, e tenho a certeza também que a partir daí, ouvindo o Governo do Estado, ouvindo os professores, ouvindo os representantes das Universidades, da sociedade de um modo geral, nós haveremos de achar uma solução boa para todos nós e em especial uma solução que atenda os interesses maiores do Estado do Paraná.

Então, neste sentido queremos fazer este apelo para que seja retirado esse requerimento solicitando regime de urgência a essa Mensagem do ilustre Governador.

Já as outras Mensagens, como a Bancada tem percebido, nós temos apoiado o regime de urgência, porque entendemos que são importantes, salutares e de interesse do Estado do Paraná.

Agora, é falta de bom senso atropelar essa discussão que tem que ser exaustiva, democrática e profunda.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento. Deputados que aprovam o regime de urgência conservem-se como estão.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, verificação de votação, por favor.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vai se proceder a verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela ordem) Senhor Presidente, antes que a Sessão caia, eu quero comunicar à Casa e aos Senhores Parlamentares que a CPI da Saúde será instalada amanhã às 11:00 horas na sala das Comissões. E também o Deputado Colombino Grassano, Presidente da CCJ, convoca Deputados para as 13:30, amanhã, com audiência com o Superintendente da SERLOPAR, Senhor Nassib Jabur.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento de urgência, queiram levantar-se.
(Pausa).

Treze Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

(Pausa).

Cinco Senhores Deputados. Não há quórum para votação. Há quórum para prosseguimento da Sessão.

Requerimento de n. 1349, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1356, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1359, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, permite um esclarecimento?
(Assentimento).

Apenas para orientar o Plenário que se não há quórum para deliberação, Vossa Excelência não pode declarar aprovado nada, com todo o respeito à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É que estes requerimentos não se referem a assunto que deva se manifestar o Plenário. É no sentido de apelo.

O SR. JOSÉ TAVARES - Mas fica difícil, com todo o respeito, Senhor Presidente, Vossa Excelência declarar aprovado uma matéria, já há poucos segundos Vossa Excelência declarou que não havia quórum para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou mudar o vocábulo. "Será encaminhado".

O SR. JOSÉ TAVARES - Muito obrigado.

Requerimentos de ns. 1360 a 1363, de autoria Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. (Encaminhe-se na forma do requerido.

Requerimentos de ns. 1379 e 1380, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Encaminhe-se na forma do requerido.

Requerimentos de ns. 1364 e 1365, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Encerradas as discussões.

Requerimento de n. 1372, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Encaminhe-se na forma do requerido.

Requerimento de n. 1374, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Encaminhe-se na forma do requerido.

Requerimentos de ns. 1346 a 1348 e 1354 e 1355, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Encaminhe-se na forma do requerido.

Requerimento de n. 1357, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 1375, 1384 e 1381, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Encaminhe-se na forma do requerido.

Requerimentos de ns. 1382 e 1383, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Encerrada a dis-

cussão.

Requerimento de n. 1385, de autoria do senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimentos de ns. 1377 e 1386, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constantes do expediente. Encerradas as discussões.

Requerimento de n. 1378, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n. 1404, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimentos de ns. 1351 e 1352, de autoria doo Senhor Deputado José Artur Ritti, constantes do expediente. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 28/91
- e dos Projetos de Lei ns. 140, 162, 168, 174, 177, 178, 183, 184, 188 e 192/91.

Levanta-se a sessão.